

**GUIA DE  
ESTUDOS**



## **A GUERRA ÁRABE- ISRAELENSE**

**SPEPCOL- Comitê Especial de  
Política e Descolonização**

**Diretores Responsáveis:**  
Gabriel Moreira Nascimento  
Víctor Hugo Fajardo Souza Lima

**UNIF 2021**

**COMITÊ DE POLÍTICAS ESPECIAIS PARA DESCOLONIZAÇÃO**

Quarto Comitê da Assembleia Geral: A Guerra Árabe-israelita (1948)

Gabriel Moreira Nascimento  
Victor Hugo Fajardo Souza Lima

**Ouro Branco - MG**

**2021**

## Índice

<b>1.</b> Carta aos Delegados .....	05
<b>2.</b> SPECPOL: Comitê de políticas especiais e descolonização .....	07
<b>3.</b> Contextualização histórica e regional .....	08
<b>3.1.</b> Nascimento das religiões abraaônicas .....	11
<b>3.2.</b> Jerusalém/Al-Quds .....	14
<b>3.3.</b> O Tratado de Sèvres .....	15
<b>4.</b> O Sionismo .....	16
<b>4.1.</b> Organização Sionista Mundial (OSM) .....	17
<b>4.2.</b> Declaração de Balfour .....	18
<b>4.3.</b> A Agência Judaica .....	19
<b>5.</b> Mandato Britânico na Palestina .....	19
<b>5.1.</b> O sionismo no Mandato Britânico .....	21
<b>6.</b> O sistema internacional além-Palestina .....	22
<b>7.</b> O Estado de Israel .....	22
<b>8.</b> A Liga dos Estados Árabes .....	25
<b>9.</b> Os impactos da Segunda Guerra Mundial para o judaísmo .....	25
<b>9.1.</b> Judeus na Europa .....	26
<b>9.2.</b> O pré-Segunda Guerra .....	26
<b>9.3.</b> A ascensão do nazismo .....	27

<b>9.4. O pós-Segunda Guerra</b> .....	29
<b>10. Grupos e organizações paramilitares</b> .....	29
<b>10.1. Hagannah</b> .....	29
<b>10.2. Irgun</b> .....	30
<b>10.3. Exército da Libertação Árabe</b> .....	30
<b>10.4. Irmandade Muçulmana</b> .....	31
<b>11. A Guerra Árabe-israelita</b> .....	31
<b>11.1. Antecedentes</b> .....	31
<b>11.2. Conflito</b> .....	33
<b>12. A estrutura internacional da Guerra Fria</b> .....	35
<b>13. Posicionamentos dos países</b> .....	36
<b>13.1. Reino da Arábia Saudita</b> .....	36
<b>13.2. República Federativa do Brasil</b> .....	37
<b>13.3. República da China</b> .....	37
<b>13.4. Reino do Egito</b> .....	38
<b>13.5. Estados Unidos da América</b> .....	39
<b>13.6. República Francesa</b> .....	40
<b>13.7. Estado Imperial da Pérsia (Irã)</b> .....	41
<b>13.8. Reino do Iraque</b> .....	41
<b>13.9. Estado de Israel*</b> .....	42
<b>13.10. República do Líbano</b> .....	43

<b>13.11. Estado da Palestina*</b>	43
<b>13.12. República Popular da Polônia</b>	45
<b>13.13. Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte</b>	45
<b>13.14. República Síria</b>	46
<b>13.15. Reino Haxemita da Transjordânia</b>	47
<b>13.16. República da Turquia</b>	48
<b>13.17. União das Repúblicas Socialistas Soviéticas</b>	49
<b>14. Referências bibliográficas</b>	49

## **1. Carta aos delegados**

Caros delegados,

É com grande e imensurável prazer que nós desejamos boas-vindas do ano de 1948 aos senhores, que participarão do Comitê de Políticas Especiais e Descolonização em mais uma maravilhosa edição da UNIF. A mesa diretora do SPECPOL estará repleta de júbilo ao responder quaisquer dúvidas dos senhores, seja quanto ao tema ou até mesmo sobre o modelo a ser simulado, no qual os senhores terão a oportunidade de escrever não só a história do nosso evento, mas como também de uma das maiores problemáticas da política atual, que é o caso da Palestina.

Primeiramente, gostaríamos de ressaltar que as informações presentes neste guia são apenas um direcionamento para que vossas ilustres presenças possam adentrar ainda mais no objeto de estudo em questão. Pesquisas, documentários, documentos oficiais das Nações Unidas, são mais do que bem-vindos e poderão ajudar os senhores de maneira excepcional dentro dos debates, uma vez que o universo da Guerra Árabe-

Israelense de 1948 é tão intenso e atual, mesmo se tratando de um evento ocorrido há mais de 60 anos.

Participar de um debate sobre a Guerra Árabe-Israelita não se trata somente de debater o que, ao ver dos senhores, seja certo ou errado. É entrar no clima do viés diplomático, seguindo fielmente as expectativas de seus Chefes de Estado, é entender o início de um mundo bipolarizado no pós-Segunda Guerra, é entender a história de povos que lutam pelos seus direitos. É, por fim, uma sensação de caráter esplendoroso que nós como diretores teremos o deleite de vos apresentar.

Por fim, salientamos mais uma vez o nosso agradecimento de vossas ilustres presenças e demonstramos nosso apoio e suporte durante todos os momentos do debate, até mesmo antes, sanando possíveis dúvidas que possam nos ser apresentadas futuramente. Esperamos que nestes dias os senhores possam mudar a história de maneira a mudar o rumo sanguinolento do passado, transformando o que aconteceu na realidade em apenas mero resquício de uma nova resolução feita pelos senhores, que nós da Mesa Diretora confiamos que será a melhor possível.

Bem-vindos à Guerra de Independência de Israel e bem -vindos a 14 de julho de

1948! Atenciosamente, de seus diretores

Gabriel Moreira Nascimento  
Victor Hugo Fajardo Souza Lima

9

## **2. Agradecimentos**

A mesa diretora, composta por Victor Hugo Fajardo e Gabriel Moreira Nascimento, gostaria de tecer especiais agradecimentos a Maria Carolina Ricciardi, Yuri Brigido Rodrigues e Lucas Favilla, que compunham a mesa diretora da primeira edição do RIOMUN, o Modelo Nações Unidas do CMRJ, realizado ainda em 2017, do qual tive eu, Gabriel Nascimento, a honra de participar, tendo sido um dos melhores comitês dos quais já fiz parte em toda minha vida e em minha não-tão-curta e não-tão-longa “carreira” de simulações. Guardo, em meu coração, um lugar especial por ter

representado o Líbano, país singular no Oriente Médio, naquele Evento.

Que fique aqui anotado que a elaboração deste guia foi realizada pelos diretores supracitados da mesa da RIOMUN, tendo eles nos inspirado a realizar a empreitada de montar um comitê nos moldes daquele desenvolvido em 2017. Espero, do fundo do meu coração, que os senhores e as senhoras, delegados e delegadas, tenham um apreço por esse comitê no mesmo nível que eu tive, e que possam aproveitar cada momento ao máximo. Novamente, nossos agradecimentos aos originais elaboradores do guia, e a eles nossa singela homenagem.

Gabriel Moreira Nascimento  
Victor Hugo Fajardo Souza Lima  
10

### **3. SPECPOL: Comitê de políticas especiais e descolonização**

Sendo atualmente (2021) a quarta ramificação da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, o SPECPOL possui em sua composição todos os 193 países pertencentes à AGNU, portanto, todos os votos adquirem o mesmo peso. O Comitê para Políticas Especiais e Descolonização foi fundado em 1946, com o objetivo de solucionar a sobrecarga do Primeiro Comitê, que constituía em um fórum de discussão tangencial a assuntos de políticas de segurança em meio a um cenário bipolar mundial. Criou-se assim, em sua segunda sessão, um órgão *ad hoc*<sup>1</sup> para tratar sobre assuntos de Políticas Especiais (SpecPol<sup>2</sup>). A primordial designação de tarefas foi o monitoramento da criação do Estado de Israel na região Palestina e, possivelmente, de estabelecimento de cessar-fogo da guerra Árabe-Israelita.

Quanto aos termos da AGNU, fora fundada em 1945, com sua primeira reunião ocorrida em 1946, em Londres e presidida por Osvaldo Aranha. Estabelece-se como o segundo mais importante dentre os seis principais órgãos das Nações Unidas e abrange temas como comércio, direitos humanos, autodeterminação dos povos, segurança

<sup>1</sup> Derivação de palavra latina, cujo significado em termos do Direito Internacional se traduz naquilo que é criado apenas para atender a determinado fim e por um tempo específico.

<sup>2</sup> O SpecPol era até então (1948) direcionado como um sub-órgão do Primeiro Comitê da AGNU. Entretanto, utilizando-se de justificativa didática, o I Rio Model United Nations o terá como comitê autônomo e independente deste formato original.

internacional, entre outros. Caso necessário, a Assembleia Geral também possui a jurisdição necessária para encaminhar pautas específicas para outros órgãos, dentro e fora do Sistema ONU, os quais lidem com maiores especificidades e obedecendo a procedimentos específicos para tal. Além de debater os assuntos supracitados, a Assembleia Geral tem como principais funções eleger membros não-permanentes para o Conselho de Segurança, bem como para outros conselhos, comissariados e escritórios das Nações Unidas. Também discute e aprova orçamentos para os segmentos e operações da ONU, tal como também debate questões relativas à paz e segurança internacionais, dentre outras gamas de funções com grau maior de pormenores.

O SPECPOL possui jurisdição de monitoramento da manutenção de cessar fogo em regiões conflituosas, assim como de realizar planejamentos de missões, como nos casos de *peacekeeping*, onde atua com o *Peacebuilding Commission* (PBC) na gestão destas operações. Conjuntamente, fiscaliza o fluxo e a situação de refugiados e projetos humanitários, inclusive fora dos âmbitos territoriais nos quais normalmente delibera. Com enfoque em assuntos como ocupação, colonização e subjugação de povos, seu principal objetivo é de promover a independência e a autossuficiência das nações, também garantindo o direito à autodeterminação dos povos<sup>3</sup>. Sua jurisdição abarca apenas as esferas diplomática e política da ação das Nações Unidas, não possuindo competência institucional ou técnica para discussão de tópicos como logística operacional ou gestão estratégica. Usualmente, qualquer esfera da AGNU, logo incluindo o SPECPOL, delega estes tópicos de maior especificidade para comitês militares próprios das Nações Unidas e para seus órgãos especializados no âmbito de Defesa Internacional – fato que também ocorre com certa frequência mesmo no Conselho de Segurança.

As resoluções aprovadas nos comitês da Assembleia Geral das Nações Unidas possuem caráter institucional recomendatório. Isto significa que suas cláusulas operativas se distanciam do caráter imperativo e mandatário das disposições do Conselho de Segurança. Há preferência, portanto, por uma elaboração mais colaborativa dos debates e pelo preenchimento das lacunas as quais sua jurisdição alcança,

<sup>3</sup> Cabe ressaltar a correlação entre “nações” e “povos” como a fundamental mudança do sistema internacional pós Primeira Guerra. Desta forma, uma nação não é necessariamente um país, a exemplo do atual Curdistão – uma nação sem país – e da Nigéria – um país sem nação, em virtude dos nacionalismos étnicos que cindem a unidade política.

aproximando-se de um viés mais kantiano das Relações Internacionais. Como Estado membro das Nações Unidas, um país se compromete a adotar as disposições de uma resolução de caráter recomendatória quando sendo seu signatário. Assim, apesar do caráter imperativo ser suspenso desta esfera, há um apreço diplomático dos países em cumprir suas disposições por concordar em participar desta natureza de estrutura política internacional.

#### **4. Contextualização histórica e regional**

Para entender as calamidades entre israelenses e palestinos, ou mesmo as que pautam as dissidências entre judeus, islâmicos e árabes, é necessário compreender a história da região e dos povos que nela habitaram. Os primeiros registros de ocupação da região do atual Estado de Israel apontam para cerca de 4.500 anos atrás, quando habitantes de diversas áreas da Península Arábica e da Mesopotâmia migraram para a região do levante Árabe. Na região, além da Palestina, estes também se instalaram em territórios vizinhos, onde atualmente localizam-se Líbano e Síria, ficando conhecidos como “cananeus” ou “canaanitas”. A palavra remonta ao antigo Reino de Canã, situado no Oriente Médio.

Canaã gerou a Sidom, seu primogênito, e Hete, e ao jebuseu, o amorreu, o girgaseu, o heveu, o arqueu, o sineu, o arvadeu, o zemareu e o hamateu. Depois se espalharam as famílias dos cananeus. Foi o termo dos cananeus desde Sidom, em direção a Gerar, até Gaza; e daí em direção a Sodoma, Gomorra, Admá e Zeboim, até Lasa (Gênesis, 10:15–19)

As populações canaanitas também teriam habitado a região litorânea do Mar Mediterrâneo (Josué, 5:1), a Fenícia (Isaías, 23:11) e a Filisteia<sup>4</sup>(Sofonias, 2:5). Podem ter se estendido também até o Vale do Jordão, ao sul da região (Josué, 11:3 e Números 13:29). Enquanto a Bíblia hebraica contrapõe os canaanitas, etnicamente, aos antigos israelitas, estudiosos modernos consideram o reino de Israel e Judá um subgrupo da cultura canaanita, tanto com base na arqueologia quanto na linguística. O teólogo e historiador Mark Smith apresenta:

Despite the long regnant model that the Canaanites and Israelites were people of fundamentally different culture, archaeological data now casts doubt on

<sup>4</sup> Atual Faixa de Gaza e adjacências próximas.

this view. The material culture of the region exhibits numerous common points between Israelites and Canaanites in the Iron I period (ca. 1200–1000 BC). The record would suggest that the Israelite culture largely overlapped with and derived from Canaanite culture. In short, Israelite culture was largely Canaanite in nature. Given the information available, one cannot maintain a radical cultural separation between Canaanites and Israelites for the Iron I period. (SMITH, 2002. p 6-7)

Foi formada, gradativamente, pelos cananeus, a cidade de Jerusalém a partir da aglutinação dos povoados, os quais apresentaram prosperidade populacional durante seu período de ocupação. A partir de sua construção, a cidade serviu de importante centro cultural e econômico, como uma espécie de intercâmbio entre os impérios ocidentais do Mediterrâneo e as monarquias da Península Arábica. Séculos após a fundação de Jerusalém, os povos filisteus, vindos da ilha de Creta, fixaram-se nos territórios previamente ocupados pelos cananeus. A ocupação, dada de forma não violenta à sua forma, propiciou à sociedade de Canaã a convivência com uma nova e diferente cultura, a qual fora assimilada naturalmente de forma paulatina na construção de novas identidades culturais. Os cananeus, pois, batizaram as terras ocupadas com o nome bíblico de "A Terra de Canaã", embora os filisteus a chamassem de Filistina ou Palestina.

Durante anos, a região viveu sob a subjugação dos impérios egípcio, hitita, babilônio e assírio, os quais cobiçavam Canaã/ Palestina devido a importância de grandes cidades fundadas na região. Impediam, assim, a consolidação de uma unidade política e territorial do povo ali presente, embora posteriormente este efeito fosse inevitável. Aproximadamente no século XVIII a.C, surge a figura de Abraão (Ibrahim, no Corão Sagrado) como patriarca e profeta inaugural da palavra de Deus para as três religiões que futuramente iriam seguir-se: judaísmo, cristianismo e islã, respectivamente. O profeta migrou da cidade de Ur, na antiga Mesopotâmia, até as terras estabelecidas de Canaã, onde estabeleceu-se com sua esposa Sara, tal como descreve a narrativa do livro bíblico de Gênesis. Os judeus clamam descendência de seu filho Isaac, cuja mãe Sara deu à luz quando Abraão teria completado cem anos de vida, como remonta a Bíblia hebraica. Anteriormente teria tido outro filho com sua serva Agar, Ismael, ao qual islâmicos atestam descendência. É importante ressaltar que a existência de Abraão precede as três religiões que partem de sua matriz, logo, não era adepto de nenhuma em particular. No livro de Gênesis, bem como no Corão, o Deus ao qual Abraão e seu clã prestam obediência é referido como "Elohim", mas que

posteriormente é tido como o mesmo Deus para os três livros sagrados (D'us, tal qual atesta o terceiro dos Mandamentos de Moisés).

Com a aproximação exponencialmente mais expressiva entre os povos de Canaã e a união ante as figuras de Abraão, Isaac, Esaú, Jacó e Moisés, o judaísmo em seu estágio hebreu já atestava força consolidada na região. Com a crescente expansão dos domínios do Império Romano, concomitante à época, a região da Palestina foi dominada *de facto* no governo de Pompeu (106 a.c. - 48 a.c.), quando houve o início da segunda Diáspora Judaica<sup>5</sup>. Após o declínio do Império Romano, no ano de 530, ocorreu um breve período de dominação da região pelos persas, embora o Império Romano do Oriente ainda mantivesse sua estrutura. A Palestina e sua população, em grande parcela ainda judia, caíram sobre a supremacia do império Árabe-muçulmano no ápice de sua expansão - dada nos califados do próprio profeta Muhammad, Abu Bakr, Ali e Otman - disseminando assim, a cultura arábica e o islã pelo território. A Península arábica passou a compreender, portanto, populações majoritariamente de etnia árabe, seguida pelos hebreus. A perseguição ao judaísmo, característica do período da ocupação romana, havia sido substituída pela liberdade de credo mediante ao pagamento de um imposto, cuja extensão da norma era dada inclusive a muçulmanos, porém taxativamente menor.

A partir do governo do segundo califa, Omar ibn Al-Khattab, é que foi implantada tal política de liberdade cultural e religiosa em Jerusalém. Explicada por Al Khattab como sendo uma ordem de Allah (nome islâmico para a mesma divindade das três religiões, grosso modo), esta política definiu Jerusalém (Al-Quds) como uma dádiva, assim, não podendo ser alienada pelos homens. Essa característica do domínio omíada da Cidade Santa marca uma estrutura nunca antes vista de liberdade religiosa no mundo muçulmano, que fora permitida aos cristãos e aos judeus dentro de um território de domínio maometano. Sucessões de califados continuaram controlando o território da Palestina - e respectivamente Jerusalém - por séculos até o início do período das Cruzadas. Quando em 1099 os cavaleiros da Ordem dos Templários quebram o cerco de Jerusalém, obtém para a Igreja Católica Romana o controle da cidade, mantendo-a sob

<sup>5</sup> *Tefutzah* (“dispersão”): diversas expulsões forçadas aos judeus, por cerca de dois mil anos, pelo mundo e a consequente formação das comunidades judaicas fora do que hoje é conhecido como Israel e partes do Líbano e Jordânia. A primeira Diáspora, *Galut Bavel*, fora ocasionada por Nabucodonosor II em 722 a.C.

domínio cristão até o ano de 1187. O domínio islâmico só fora retomado quando Saladino<sup>6</sup> e suas tropas marcharam e libertaram a cidade, perdurando desta forma até a imposição do Tratado de Sévres<sup>7</sup>, assinado entre o Império Otomano e os Aliados ao fim da Primeira Guerra Mundial, séculos após.

#### **4.1. O nascimento das religiões abraônicas**

As três principais religiões no cenário mundial hoje em dia, as chamadas “religiões abraâmicas (ou abraônicas)”, têm sua origem relacionada a imagem de Abraão e seus descendentes, tendo como base diferentes interpretações de sua história. Por ordem cronológica de aparecimento são elas: a religião judaica, a cristã e a islâmica.

A Religião Judaica é a mais antiga das religiões abraâmicas. Acredita-se que ela tenha mais de 3 mil anos de existência que, segundo seu calendário, tem seu ponto de partida nos eventos do Êxodo. A vertente religiosa tem como seus patriarcas Abraão, Isaac e Jacó, que seriam ancestrais físicos e espirituais do “povo escolhido”, ou seja, os hebreus. Após o cumprimento da jornada de Abraão, Deus teria prometido a Isaac que seus descendentes herdariam a região de Canaã. Jacó, filho de Isaac, teve 12 filhos que, mais tarde, deram origem às 12 tribos de Israel. Sendo o filho favorito de Jacó, José gerou, assim, um nível de disputas entre os irmãos, que culminou em sua venda para os egípcios por parte de seus irmãos mais velhos. Na historiografia bíblica, sua habilidade de interpretar sonhos acabou por dar-lhe espaço na corte do Faraó Apop I, dando assim possibilidade para sua família mudar-se para as férteis terras das margens do rio Nilo.

Após alguns séculos, os descendentes de Jacó e seus filhos se tornaram escravos do povo egípcio-hicso. Ao ver tal calamidade Deus, teria ordenado a Moisés que liderasse a fuga de seu povo de volta à Terra Prometida, ou seja, a árida Canaã. É durante essa fuga que se acredita que Moisés tenha recebido de Deus a Torá, o livro sagrado judaico, e as leis que seu povo deveria seguir. Após um período de cerca de quarenta anos vagando pelo deserto, o povo semita finalmente retorna à sua Terra

<sup>6</sup> Salah ad-Dín Yusuf ibn-Ayyub: chefe militar curdo e muçulmano que se tornou sultão do Egito e da Síria e liderou a oposição islâmica aos Cruzados europeus no Levante. No auge de seu poder, seu domínio se estendia pelo Egito, Palestina, Síria, Iraque, Iêmen e Hijaz.

<sup>7</sup> Disponível em: <<http://treaties.fco.gov.uk/docs/pdf/1920/ts0011.pdf>>

Prometida, quando Moisés morre e é sucedido por Josué, que acabou por liderar seu povo na recuperação de Canaã. Posterior a esse período de conquistas, as 12 tribos viveram em estabilidade e autonomia mútua, tendo fim no período monárquico onde Saul foi coroado o primeiro rei de seu povo, unindo todas as tribos.

Após a morte de Saul, Davi o sucedeu e acabou por ampliar os territórios de Israel e instituir a cidade de Jerusalém como capital do reino. Seu filho Salomão, que o substituiu após a sua morte, é tido como um sábio governante entre a teologia judaica e fora responsável pela construção do Primeiro Templo de Jerusalém. Após sua morte, o reino de Israel acabou se separando em dois: as 10 tribos ao norte formaram o Reino de Israel e as duas ao sul formaram o Reino de Judá. Após a separação, o povo assírio invadiu o Reino de Israel com êxito, forçando grande parte das populações das 10 tribos a se dispersar novamente, após tantos anos desde a última diáspora. Seguindo-se à queda do reino de Israel, o Reino de Judá viu-se engolfado pelas disputas entre egípcios, assírios e babilônios, culminando não custosamente em sua queda. Os babilônios, que obtinham sucessivos avanços territoriais pela expressiva organização de seu exército, destruíram o Templo de Jerusalém como símbolo da sua superioridade militar e conquista territorial. Desta forma, Jerusalém perdera sua glória simbólica quando ruíram as estruturas do Reino de Judá, representando o fim definitivo do último reino hebreu. Fora de Canaã e da Judeia, os judeus dispersos viram-se sem um Estado que os pudesse representar, ainda que mantivessem a unidade cultural e religiosa em ser uma nação não-territorial. Em 1948, aproxima-se o número de judeus dispersos pelo mundo entre 8 e 10 milhões, uma vez que seu crescimento vegetativo populacional fora bruscamente agredido pela tragédia do holocausto.

A segunda religião a surgir, cronologicamente, é a cristã. Esta pode ser tida como uma interpretação distinta dos ocorridos que pautaram a teologia da religião judaica e, assim sendo, acredita nos mesmos princípios da Torá. Diverge quanto a questão da figura do “Messias”<sup>8</sup>, na qual acredita-se que Jesus Cristo seria filho de Deus e o Messias dos homens posterior à linhagem de Abraão. O advento do cristianismo também eleva Jesus à categoria de santidade, característica a qual não corrobora o

<sup>8</sup>“*O ungido*”, “*Consagrado*”: Tanto para a teologia cristã quanto para a judaica, a figura do Messias é destinada àquele que é portador da verdade divina e transmissor da palavra de Deus. Sua vinda ao mundo terreno é acompanhada por uma missão, normalmente ditada diretamente pela vontade divina como intermédio entre esta e os homens. “Emissário”, grosso modo.

judaísmo ou o islã, que frisam a insuperável distância entre o humano e o divino. O cristianismo é a religião a qual apresenta o maior número de seguidores e adeptos atualmente (2021), estando algo em torno de 2 bilhões de seguidores. Ainda que possua cisões internas, como a cisma entre a Igreja Católica Romana e a Ortodoxa Oriental, a religião cristã apresenta diferentes tipos de interpretação para as lições compreendidas em seu livro sagrado, a Bíblia, dando ensejo inclusive ao surgimento do protestantismo no século XVI, o qual compartilha da mesma base teológica.

A última vertente a surgir é a muçulmana, com cerca de 1,8 bilhões de seguidores. Sendo a segunda maior religião mundial, é também a que mais cresce, e mais rápido. Os muçulmanos seguem os ensinamentos de Allah, transmitidos a Muhammad (Maomé) pelo Arcanjo Gabriel e repassados na forma do Corão Sagrado. Muhammad nasceu em 571 na cidade de Meca, a qual era centro de culto de várias religiões politeístas, dando a ela uma importância não só religiosa, mas também econômica, uma vez que a mesma atraía diversos peregrinos devido à sua proeminência nestes aspectos. Destarte, quando Muhammad migrou para Meca no intuito de reverter as populações ao islã, acarretou-se o descontentamento das elites locais, as quais iniciaram um movimento de perseguição ao profeta, a seus seguidores e à nova fé. Em refúgio, Muhammad, seus familiares e seguidores próximos, bem como recém revertidos, fogem de Meca para a cidade de Yatrib no fenômeno chamado de “hégira” ou “hajj”. Posteriormente, essa migração tornou-se um dos cinco pilares fundamentais do islã e Yatrib foi palco da construção da primeira cidade verdadeiramente muçulmana e, então, batizada de “Al-Madinah” (“a cidade”) com a aglomeração de cada vez mais fiéis. A hégira marca o início do calendário islâmico, ocorrida no ano de 622 do calendário cristão gregoriano. Dentro de alguns anos, a mesma Meca que havia o rejeitado e perseguido, em sua maioria, passou a seguir a nova fé, fazendo com que Maomé voltasse a cidade e limpasse ela de todos os símbolos pagãos e referentes ao politeísmo pretérito. Mesmo após sua morte, a religião foi sendo disseminada pelos califas, os quais, inicialmente, seriam sucessores de Muhammad.

O islã possui duas subdivisões majoritárias, a saber: o sunismo e o xiismo. A primeira, sumariamente, crê que o sucessor de Maomé foi o seu primeiro seguidor, Abu Bakr, incumbido de ser o primeiro califa do islã e estabelecendo certas regras para se ocupar o título de um califado que, contudo, em teoria pode ser preenchido por qualquer

muçulmano fielmente seguidor da fé. O xiismo considera um erro a escolha de Abu Bakr como primeiro califa, inclinando-se à sucessão por seu genro e primo, Ali, e após sua morte, Hussein. O xiismo prega que há um número determinado de califas a serem revelados por Allah em momentos específicos – sendo alcunhados também de “duodécimos” por sustentar que este número tenha cessado no 12º califa – estando o décimo terceiro califa para surgir no dia do Juízo Final.

## **4.2. Jerusalém/Al-Quds**

Jerusalém é deveras importante para todas as religiões abraâmicas, sendo ela local de diversos lugares de culto e edificações sagradas para ambas as três. A cidade tem seu início disputado entre historiadores, os quais apresentam duas vertentes geográficas para seu surgimento: há os que acreditam que a cidade fora fundada muito antes das matrizes abraâmicas; e aqueles que acreditam em seu nascimento dá-se a partir de Noé, sendo seus filhos os antepassados de Abraão.

A cidade em si tem sua importância para as populações judaicas por causa de sua relevância na história dos reinos hebreus do passado, sendo capital dos Reinos de Israel e posteriormente Judá, bem como sediando diversos pontos ecumênicos sagrados tais como as ruínas do Templo de Salomão e o Muro das Lamentações. Para os cristãos, a sua importância é devido a ser o local onde Jesus Cristo teria sido morto, sepultado e renascido, sendo também onde se acredita que o corpo do Messias Cristão está enterrado, tendo sido a Basílica de São Pedro construída em cima para proteger e prestigiar o local. Para os muçulmanos, a cidade tem sua importância oriunda do momento em que Maomé teve a revelação da verdade de Allah e o encontro com o Arcanjo Gabriel, local onde hoje se encontra a Cúpula da Rocha.

Devido a tamanha relevância, a cidade fora palco de diversas invasões, conquistas, expansões e conflitos que remontam desde as Cruzadas medievais até o momento referido da Guerra Árabe-israelita de 1948. Todavia, até o momento da Guerra, contatava-se que, apesar da multiplicidade étnica e da diversidade religiosa, em tempos de estabilidade, notava-se paz internamente entre os povos que habitam a região palestina.

### **4.3. O Tratado de Sèvres**

O Tratado de Sèvres foi um acordo assinado entre o Império Otomano e os países-membros da recém vencedora Tríplice Entente em agosto de 1920, pouco após o término da Primeira Guerra Mundial. Resultou na dissolução e fragmentação dos territórios otomanos e criou um Estado turco restringido aos antigos limites bizantinos da Anatólia e Constantinopla. Descontínuo, o antigo Império que já vinha transpassando por períodos acentuados de decadência perdeu a maioria de seus domínios europeus - grande parte destes cedidos à Grécia - além de transferir seus territórios na Armênia à intervenção das potências ocidentais europeias. É importante também ressaltar que os Estreitos de Bósforo e Dardanelos, através da ação deste e de posteriores tratados navais, passaram a ser zonas desmilitarizadas e internacionalizadas, autorizando assim a passagem de embarcações autorizadas, sejam militares ou mercantes, das consideradas “nações amigas” dos países signatários. Entretanto, muitas destas determinações foram alterados no futuro Tratado de Lausanne.

O Tratado estabeleceu o início do Mandato Britânico na Palestina e Transjordânia, além de ceder ao Mandato Francês as configurações territoriais correspondentes ao Líbano e Síria. A falta de autonomia das populações em gerir seus próprios assuntos políticos e a imposição de fronteiras e outras delimitações institucionais resultaram no início das tensões na Palestina e das pressões Sionistas. O clima de tensões não era somente endógeno, como também incitado pelos fatores externos da ambição destas nações em controlar politicamente os territórios conquistados pelo Reino Unido - na época fragilizado e em estado de reconstrução devido à Primeira Guerra Mundial.

### **5. O Sionismo**

A comunidade judaica se estende por todo o mundo, porém, pelas questões religiosas e históricas supracitadas, acredita-se no retorno à "Terra Prometida". Surge no período final do século XIX o Sionismo como um movimento que se define sendo nacionalista, laico e visando o estabelecimento de um Estado-nacional judaico na região

da antiga Canaã. Tal movimento foi criado por Theodor Herzl, judeu austríaco,

aproximando de forma pragmática o judaísmo e a política ocidental. Herzl, ao planejar um movimento de reivindicação territorial dos judeus, pautou-se pelo argumento histórico e religioso da promessa territorial. Todavia, desde o início do século XVII, a maior porcentagem de população judaica não estava concentrada no lugar o qual nasceu o judaísmo, e sim na parte oriental da Europa, sobretudo Polônia, Áustria, Prússia e pequena parte dos Bálcãs. Paradoxalmente, os motivos que levaram as populações judaicas a se difundirem pelo mundo foram as razões que possibilitaram o crescimento de incontáveis comunidades destes nos mais variados países. Desta forma, não somente a população israelita crescia de forma descentralizada, como também a influência da fé e da cultura judaica mesclavam-se e adaptavam-se às mais diferentes realidades socioculturais de povos variados. Portanto, o Sionismo de Herzl carregava consigo um quê do determinismo característico do pensamento evolucionista de sua época, buscando uma espécie de “recolonização” de uma área distante, ocupada por um povo atrasado e que devia ser retomado pela civilização euro-judaica.

Dessa forma, dia 29 de agosto de 1897, o Primeiro Congresso Sionista foi realizado, desde a diáspora na Basiléia (Suíça). Sendo Theodor Herzl eleito o primeiro presidente da Organização Sionista, a Palestina fora o local designado para criação de um Estado para o povo judeu. Neste ínterim de perseguição na Europa Oriental, anos após a emigração de judeus atingiu números significantes devido à violência decorrente da ascensão do nazismo em 1932.

**Migrantes judeus de acordo com os países de imigração (em milhares)**

Ano	EUA	Canadá	Argentina	Brasil	África do Sul	Palestina	Outros	Total
<b>1840-1880</b>	200	1,6	2	0,5	4	10	3	221
<b>1881-1900</b>	675	10,5	25	1	23	25	5	764,5
<b>1900-1914</b>	346,4	95,3	87,6	8,75	21,30	30	13	602,

(PINSKY, Jaime. *Do Sionismo*. In: “A Palestina e o Sionismo”, p.9.)

## **5.1. Organização Sionista Mundial (OSM)**

Devido ao crescimento do antissemitismo por conta de diversos movimentos, como Pogroms<sup>9</sup> no Leste Europeu e o Nazismo na Alemanha e na Polônia, a OSM ganhou força e representatividade no mundo judeu como um todo. Sendo assim, o Congresso da Basileia criou a Organização Sionista Mundial, estabelecendo um programa que permaneceria básico na política sionista por sessenta anos, consistindo em: a) aquisição do direito para o povo judeu, reconhecido internacionalmente, de colonizar a Palestina; b) promoção da colonização judaica na Palestina em larga escala e; c) criação de uma organização para unir todos os judeus no apoio ao sionismo.

Tais tópicos eram os mais relevantes na resolução do congresso. A região de El-Arish, na Península de Sinai, e um território Quênia foram oferecidos pelo governo britânico, sendo ambos rejeitados por Herzl. Em 1904, apesar da morte de Theodor Herzl, o movimento não se enfraqueceu. No Sétimo Congresso Sionista, em 1905, é decidido, irrefutavelmente, que apenas a Palestina poderia ser o território colonizável para o movimento sionista. Sendo assim, em 1908, foi fundada a *Palestine Land Development Company*<sup>10</sup>. Tal projeto possibilitou a obtenção de extensas participações para a ocupação do Norte da Palestina, mais precisamente na Galileia, sobretudo nas décadas de 1920 e 1930. Por consequência, importantes líderes sionistas, em busca da intensificação ao apoio político e diplomático, aproximaram sua relação com a Grã Bretanha a partir de 1906, a qual possuía poderes sob o território palestino. Sendo assim, esta aproximação influenciou profundamente Arthur Balfour, futuro Secretário de Relações Exteriores britânico, posteriormente Primeiro-Ministro.

## 5.2. Declaração de Balfour

<sup>9</sup> Palavra russa que significa "causar estragos, destruir violentamente". Historicamente, o termo refere-se aos violentos ataques físicos da população em geral contra os judeus, tanto no Império Russo como em outros países. Como termo descritivo, a palavra "pogrom" tornou-se de uso comum durante as grandes revoltas antissemitas que aconteceram na Ucrânia e no sul da Rússia, entre 1881 e 1884, após o assassinato do Czar Alexandre II. Durante o período do nazismo na Alemanha e no Leste Europeu, assim como havia acontecido na Rússia Czarista, os pretextos para os pogroms eram ressentimentos econômicos, sociais, e políticos contra os judeus, reforçando o já tradicional antissemitismo religioso.

<sup>10</sup> Fundada por Arthur Ruppin, judeu alemão, a PLDC - Palestine Land Development Company utilizou verba do Fundo Nacional Judaico e dinheiro privado para comprar e povoar territórios com imigrantes judeus.

A Declaração de Balfour foi uma das primeiras inclinações para a formação do Estado de Israel no cenário mundial, assinada dia 2 de novembro de 1907 por Arthur Balfour. Tinha como principal intuito dar apoio a imigração de judeus para a Palestina e o estabelecimento de um "lar nacional para o povo judeu", tendo como prerrogativa que "nada seria feito que pudesse prejudicar os direitos civis e religiosos das comunidades não judaicas já existentes no mesmo local" - se referindo aos árabes, que até então, representava 92% da população palestina. Segue reprodução *ipsis litteris*, tradução nossa:

*“Caro Lorde Rothschild<sup>11</sup>,*

*'Tenho o grande prazer de endereçar a V. Sa., em nome do governo de Sua Majestade, a seguinte declaração de simpatia quanto as aspirações sionistas, declaração submetida ao gabinete e por ele aprovada.*

*O governo de Sua Majestade encara favoravelmente o estabelecimento, na Palestina, de um Lar Nacional para o Povo Judeu, e empregará todos os seus esforços no sentido de facilitar a realização desse objetivo, entendendo-se claramente que nada será feito que possa atentar contra os direitos civis e religiosos das coletividades não-judaicas existentes na Palestina, nem contra os direitos e o estatuto político de que gozam os judeus em qualquer outro país.*

*Desde já, declaro-me extremamente grato a V.Sa. pela gentileza de encaminhar esta declaração ao conhecimento da Federação Sionista.'*

*Arthur James Balfour”*

Tal declaração significou uma grande conquista sionista, tendo recebido o apoio oficial do Presidente dos Estados Unidos da América, Woodrow Wilson, assim como a ratificação de países como Itália e a França. Por conseguinte, houve um crescente no número de judeus imigrantes para a Palestina, procurando, por sua vez, atingir a maioria numérica e representativa.

<sup>11</sup> Aristocrata britânico e principal expoente do movimento sionista inglês.

### **5.3. A Agência Judaica**

Com o fim da Primeira Guerra e a instalação do Mandato Britânico na Palestina, os sionistas, por meio das suas alianças diplomáticas intergovernamentais, tiveram a oportunidade de criar suas instituições através da Agência Judaica. Dava-se por um órgão fundado por Chaim Weizmann, imigrante judeu russo, com objetivo de organizar a migração de judeus para a Palestina e reunir recursos para a compra de terras onde seriam instaladas colônias judaicas. A solução para o problema judeu se insere, desta forma, ao contexto da expansão colonial imperialista, com seu projeto de fundar na Palestina árabe um Estado judeu sob a proteção de um potência europeia, submetendo ou deslocando a numerosa população nativa.

## **6. Mandato britânico na Palestina**

Com a dissolução do Império Otomano ao final da Primeira Guerra Mundial, a Inglaterra obteve, na Liga das Nações, um mandato para administrar a Palestina, a Transjordânia e o Iraque. De fato, as forças britânicas, as quais as forças turcas se renderam em Jerusalém, em 9 de dezembro de 1917, terminaram a ocupação da Palestina em setembro de 1918. A Palestina ficou então sob administração militar britânica, que foi substituída por uma administração civil em 1 de julho de 1920. Contudo, na Conferência de Paz de Paris, em janeiro de 1919, as potências aliadas: França, Inglaterra, Rússia e Estados Unidos da América, decidiram que os territórios da Síria, do Líbano, da Palestina/Transjordânia e da Mesopotâmia não seriam devolvidos à Turquia.

Criado, assim, pelo artigo 22 do Pacto da Liga das Nações, em 1919, o sistema dos Mandatos destinava a determinação do Estatuto das Colônias e dos Territórios que se encontravam sob o domínio das nações vencidas. Tal documento relatava que “algumas comunidades outrora pertencentes ao Império Turco atingiram um estado de desenvolvimento” que permitia reconhecê-las provisoriamente como nações independentes. O principal papel das potências mandatárias seria o de ajudar a instalar a sua administração nacional independente nos antigos moldes pertencentes ao Império

Otomano. Todavia, o Pacto estipulava ainda que os desejos dessas nações deveriam ser

uma consideração principal na escolha de potência mandatária.

Na conferência de San Remo, em 25 de abril de 1920, o Conselho Supremo Aliado repartiu os Mandatos para essas nações entre a França (Líbano e Síria) e a Grã Bretanha (Mesopotâmia, Palestina/Transjordânia<sup>12</sup>). O Mandato para a Palestina, que incorpora a Declaração de Balfour sobre o estabelecimento de um “lar nacional para o povo judaico”, foi aprovado pelo Conselho da Liga das Nações dia 24 de julho de 1922, tornando-se efetivo em 29 de setembro do mesmo ano. O Mandato em si perdurou de 1922 a 1948, sendo assim, todos os poderes legislativos e executivos foram controlados pelo Alto Comissário, representando o governo britânico. Qualquer direito de autonomia foi negado aos árabes, inclusive o de participar da Administração. Entretanto, os judeus gozavam de *status* privilegiado.

### **6.1. O sionismo no Mandato Britânico**

A Organização Sionista Mundial, para realizar seu projeto de um Estado Judeu, necessitava de três elementos característicos: território, população e governo. O Mandato Britânico propiciou a base para se erigir as instituições de um governo sionista sobre o território ocupado pelos árabes. A Declaração de Balfour era originalmente um compromisso que a Grã-Bretanha assumia, por razões que lhe eram próprias, para a Federação Sionista. Contudo, ela recebeu o aval das principais potências aliadas e foi incorporada no Mandato para a Palestina. O essencial da Declaração é citado explicitamente no 20º preâmbulo do dito documento, e continuamente reforçado nos demais artigos, isto é, fazendo menção da ligação histórica do povo judaico com a Palestina e a ideia da reconstituição do seu lar nacional. Dos vinte e oito artigos do texto do Mandato, seis têm por objetivo o estabelecimento de lar nacional judaico ou medidas a ele relacionadas. Outros cinco artigos tratam de manobras destinadas a realizar o seguinte programa:

<sup>12</sup> Ao abrigo do disposto no art. 25 do Mandato para a Palestina, decidiu-se, em 16 de setembro de 1922, excluir a Transjordânia de todas as cláusulas relativas ao lar nacional judaico, e dotá-la com uma administração própria.

- Ao papel de conselheira de uma "Agência Judaica apropriada" nos diferentes domínios de governo (art.4);

- Às facilidades que devem ser concedidas aos judeus nas questões relativas à imigração, assim como no que diz respeito à sua instalação no país, inclusive nas terras do Estado ou nos baldios (art. 6);
- Às facilidades que devem ser concedidas aos judeus na obtenção da nacionalidade (art.7);
- À concessão de obras e serviços públicos à Agência Judaica (art. 11b); • À imposição do hebraico como língua oficial ao lado do inglês e do árabe (art.22), embora os judeus fossem então só pouco mais de 11% da população.

No início do Mandato Britânico, em 1922, a Palestina tinha 757.182 habitantes, dos quais 83.794 eram judeus. Com o passar do Mandato, as organizações sionistas aproveitaram as infraestruturas administrativas e econômicas que os britânicos puseram à sua disposição para acelerar a realização do programa de criação do Estado judaico. Conseqüentemente, intensificaram-se a imigração de judeus da Europa oriental e central para a Palestina, em três períodos principais: em 1919-1923, 1924-1928 e 1932-1940. Em 1931 os judeus eram 174.610 de um total de 1.035.821 habitantes da Palestina. Em 1939, já são mais de 445.000 e em 1946 atingem o número de 808.230 de um total de habitantes da Palestina respectivamente de 1500.000 e de 1.972.560. Reiterando que, uma vez que o Fundo Nacional Judaico intensificou a aquisição de terras, estas se tornaram “propriedades eternas do povo judaico”, sendo inalienáveis e que só poderiam ser arrendadas a judeus. No caso das explorações agrícolas, até a mão-de-obra deveria ser exclusivamente judaica.

## **7. O sistema internacional além-Palestina**

O objetivo usual dos diferentes Mandatos aplicados aos países árabes constituintes do antigo Império Otomano era levar à plena independência as populações que então os habitavam. Como previsto, todas essas nações se tornaram efetivamente independentes no curso das três décadas seguintes: o Iraque (Mesopotâmia) a 3 de outubro de 1932; o Líbano, a 22 de novembro de 1943; a Síria, a 10 de janeiro de 1944

26

e finalmente, a Transjordânia, a 22 de março de 1946. A única exceção foi a Palestina. Aparentemente, o principal objetivo do Mandato britânico na Palestina se confirma empiricamente como sendo, de fato, a formação de um Estado judeu. Esse objetivo não

só contrariava o processo de transição para a independência política prática da Palestina, como também era incompatível com o próprio princípio da sua independência com a população que então possuía, princípio esse que a Liga das Nações admitira previamente. Entretanto, tendo nomeado a Grã-Bretanha como potência mandatária sem consultar os palestinos, o Supremo Conselho Aliado não respeitou a regra fixada pelo Pacto da Liga das Nações, segundo a qual, os desejos das comunidades submetidas a esse tipo de Mandato deveriam ser uma consideração principal na escolha da potência mandatária (art.22).

## **8. O Estado de Israel**

Os movimentos políticos entre britânicos e judeus foram, de certa forma, transparentes aos olhos palestinos. Destarte, no dia 8 de maio de 1936, ocorreu uma greve geral coordenada pelo Alto Comitê Árabe<sup>13</sup>. Terminaram-na em outubro do mesmo ano, como resposta ao anúncio de mais uma Comissão Real de Inquérito. Tal paralisação foi apenas mais uma das demonstrações do sentimento de desgosto por parte do povo palestino diante da futura divisão territorial. Após diversas revoltas e atentados por parte dos palestinos ao povo judeu, o Mandato Britânico considerou inviável o plano de partilha da Palestina, recuando e propondo o "Livro Branco" de 1939, o qual previa a criação de um só Estado para árabes e judeus, no período de dez anos. Outrossim, tal "livro" propunha o fim da imigração judaica, dentro de cinco anos e limitava a 75.000 o número de imigrantes durante esse período de tempo. Além disso, previa uma regulamentação escrita da compra de terras pelas organizações judaicas. Tais medida supracitadas acarretaram no distanciamento da relação entre a Grã Bretanha e o Organização Sionista Mundial. Como consequência desse afastamento, o governo britânico decidiu parar de dar suporte à ideia da criação de um Estado judaico.

<sup>13</sup> Grupo executivo permanente resultado da união de todos os grupos palestinos, entre moderados e radicais. O comitê convocou uma greve geral; o não pagamento de impostos; o fechamento de governos municipais; e exigiu um fim à imigração judaica, à proibição da venda de terra a judeus e à independência nacional. A greve geral resultou numa rebelião contra a autoridade britânica, entre 1936 e 1939. Al Husayni comandava o movimento e foi a principal organizador do levante.

Sendo assim, a Grã-Bretanha renunciou ao Mandato e remeteu a questão da Palestina a Organização das Nações Unidas, em fevereiro de 1947. A Assembleia Geral da ONU, retomando uma ideia posterior, aprovou a Resolução 181. A mesma recomendava a divisão da Palestina em dois Estados, um judaico outro árabe. Os dois

Estados estariam unidos do ponto de vista econômico. Jerusalém (incluindo Belém) não pertenceria a nenhum dos Estados, mas formaria um *corpus separatum* sob jurisdição da ONU. Passados dez anos, haveria um referendo entre os habitantes da cidade sobre a seu regime. Tal plano entra em vigor dois meses depois do fim do Mandato que a Grã Bretanha fixou para o dia 15 de maio de 1948.

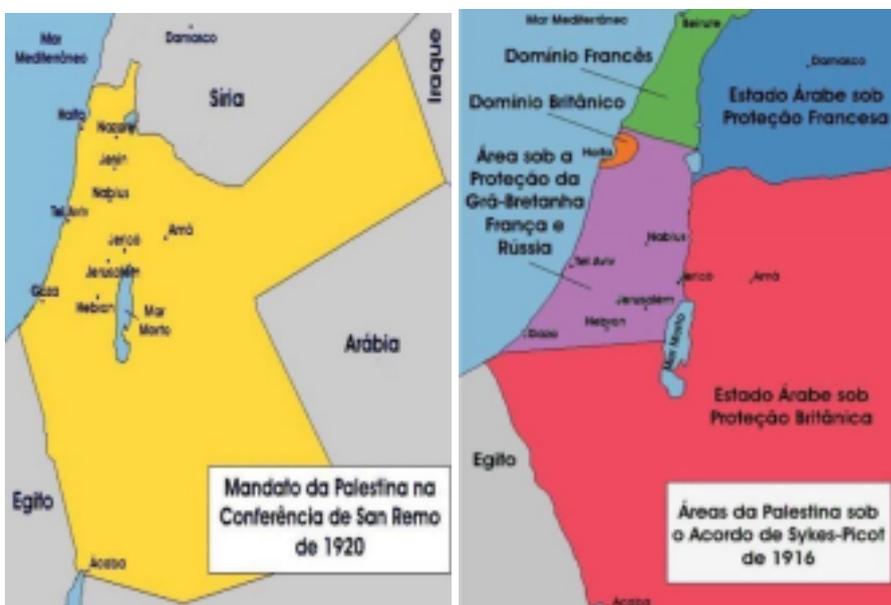


Figura 1:

Acordo de Sykes-Picot (1916) Figura 2: Conferência de San Remo (1920)

28

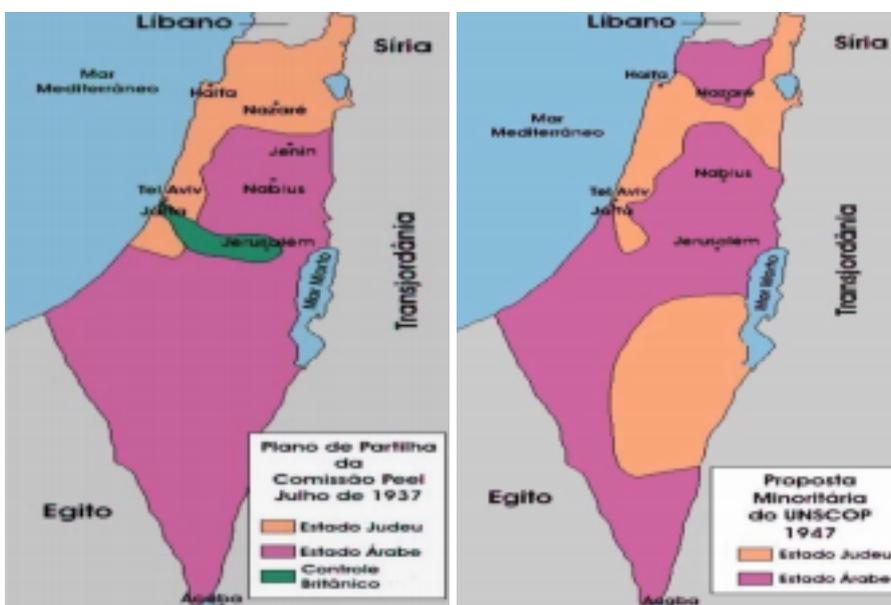


Figura 3: Plano

de Partilha de 1937 Figura 4: Plano de Partilha minoritária de 1947

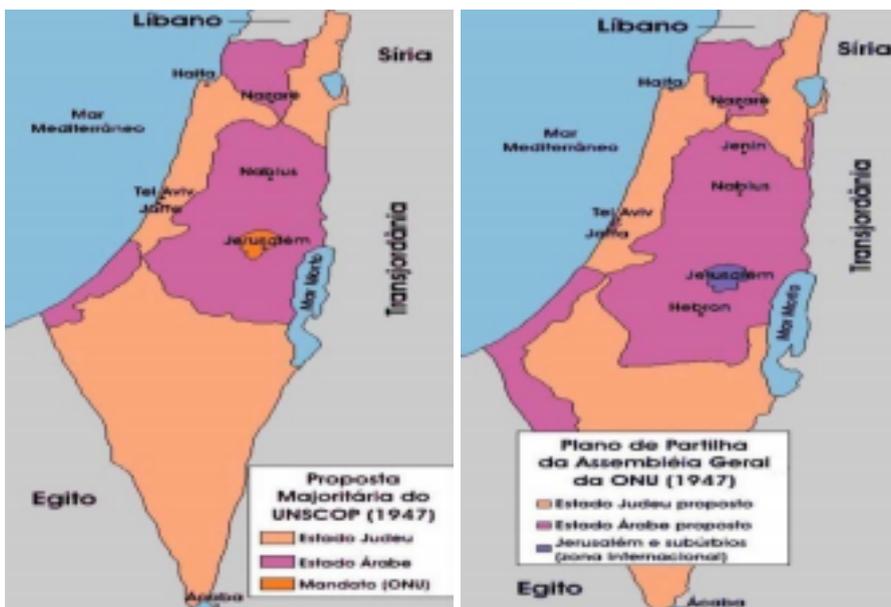


Figura 5: Plano

de Partilha majoritária (1947) Figura 6: Partilha adotada pela AGNU em 1947

## 9. Liga dos Estados Árabes

Criada dia 22 de março de 1945, na cidade do Cairo, pelos seus fundadores Egito, Transjordânia, Síria, Iraque, Líbano e Arábia Saudita, a Liga tem o intuito de “aproximar as relações entre os estados membros, coordenar a colaboração entre eles para proteger sua independência e soberania, e considerar, de uma forma geral, os negócios e os interesses dos países árabes” como se é lido em seu segundo artigo da

Carta da Liga dos Estados Árabes. A primeira grande ação da Liga foi a intervenção

29

conjunta de seus Estados-membros sobre Israel no pretexto de ajudar as populações árabes locais que, segundo a própria Liga, estavam sendo perseguidos e expulsos de suas casas pelos israelitas.

## 10. Os impactos da Segunda Guerra Mundial para o judaísmo

A Segunda Guerra Mundial, ocorrida entre 1939 e 1945, foi o mais letal e abrangente conflito que se sucedeu no mundo, levando a morte algo em torno de 40 a 80 milhões de pessoas. Foi neste confronto entre as Forças do Eixo contra Aliados que se desenvolveu a política do extermínio de minorias dentro do território alemão e áreas ocupadas, visando exterminar todos aqueles não vistos como “puros” pela visão da ideologia nazista. Encaixavam-se nesse quesito: negros, homossexuais, deficientes físicos e mentais, ciganos e judeus, este último sendo o grupo mais afetado, perdendo 6

dos 9,5 milhões de seus integrantes que viviam na Europa segundo o Anuário Judaico Norte-Americano. A população judaica existente nas nações ocupadas era perseguida e mantida em guetos (regiões urbanas onde se isolavam e concentravam a população judaica local), mandadas para campos de concentração para trabalhos forçados ou mandados diretos a campos de extermínio onde sofriam execução sumária e direta, sendo o mais conhecido desses campos o de Auschwitz.

### **10.1. Judeus na Europa**

Os impactos da Segunda Guerra na Europa foram extremos, sendo ela a causa do colapso dos antigos impérios coloniais e da ascensão de novas rivalidades e regras no mundo contemporâneo. Esse período foi especialmente árduo para as minorias atingidas pela máquina de extermínio nazista, a qual teve sua ira focada na população judaica desse continente, - os quais só vieram a ter sua população equalizada aos anos pré-guerra em 2015. Essa drástica mudança deu-se em um espaço relativamente curto de tempo e , portanto, esses acontecimentos influenciam as ideologias dos povos semitas mundialmente.

### **10.2. Europa pré-Segunda Guerra**

30

A comunidade judaica na Europa se contabilizavam em 9 milhões antes da ascensão do regime nazista na Alemanha, sendo a maior parte desse contingente localizada na porção do Leste Europeu, principalmente na Polônia, URSS e Romênia. Nessa região a maioria dos judeus viviam em áreas urbanas ou em aldeias de maioria judaica chamadas *shtetls*. Como, na época, a população judaica era uma minoria discriminada nesses países, eram forçados a viver isolados, assim, falando seu próprio idioma e vestindo vestimentas tradicionais, sendo diferente apenas aqueles que moravam em cidades maiores os quais utilizavam vestimentas modernas e a língua local.

A situação enfrentada pelo povo hebreu na Europa Ocidental era, todavia, diferente. Nessa região, por terem seu contingente populacional menor, tendiam a adotar a cultura majoritária local assim falando sua língua e trajando as suas vestimentas. Como em diversos dos países presentes nessa região a população hebraica não era discriminada, havia também uma facilidade de se conseguir uma educação de melhor qualidade do que aqueles residentes no Leste Europeu, assim fazendo com que as

práticas tradicionais e sua língua fossem pouco a pouco desempenhando um papel menos importante em suas vidas. Em ambas as localidades, os judeus residentes praticavam diversas ocupações, desde fazendeiros à comerciantes, sendo em sua maioria de classe média, além de boa parte de seus jovens largarem a educação para ingressar cedo no mercado de trabalho, como era comum naquela época.

Na Alemanha, especificamente, a parcela da população identificada como judaica era pequena: cerca de 500 mil comparada com a população total de 67 milhões. Nela, eram completamente integrados à sociedade, falavam o alemão, utilizavam vestimentas modernas, participavam de altos cargos públicos e chegaram até a lutar na 1ª Guerra Mundial enviando ao todo 100 mil ao front. Mas, ainda assim, faceavam um preconceito demasiado numeroso por parte do povo alemão.

### **10.3. A ascensão do nazismo**

Com a chegada de Adolf Hitler ao poder a situação mudou completamente. A ideologia pregada pelo Partido Nazista era a de ódio contra aqueles não tidos como de

31

pertencentes a raça “pura”, como judeus, negros, ciganos, etc. Assim, dia 1º de abril de 1933, foi feita a primeira ação planejada contra o povo hebreu, o boicote a estabelecimentos de proprietários israelitas. Soldados da SS (tropas de choque do Partido Nazista) se postaram agressivamente em frente a esses estabelecimentos pintando “Estrelas de Davi” em suas portas e colando cartazes com dizeres antissemitas. Mesmo esse boicote durando apenas um dia e sendo não tão bem sucedido, este foi o primeiro ato oficial contra essa população. O próximo passo no plano de Hitler para “purificar” a Alemanha foram as Leis de Nuremberg, anunciadas em 1935, que em sua versão inicial tirava a cidadania de hebreus alemães (aqueles com parentes e antepassados criados naquele país) e os proibiam de se relacionar amorosamente com indivíduos de “sangue alemão ou seus descendentes”. Futuras modificações excluíram a maioria de seus poderes políticos e também incluíram outras etnias nesta lei.

Em 1938, houve o chamado “Dia dos Cristais” onde, em represália ao assassinato de um diplomata alemão em Paris por um jovem hebreu, uma onda de ataques orquestrados por Joseph Goebbels - e outros líderes nazistas - efetivadas pelas tropas da SS e por civis simpatizantes. Depredaram-se sinagogas e propriedades

pertencentes à israelitas, em que são estimadas mais de mil sinagogas destruídas, hospitais, escolas e casas de hebreus queimadas, entre 91 judeus mortos durante os ataques. Todavia, historiadores acreditam que esse número possa subir para a casa das centenas se forem contados aqueles que foram mandados para os campos de concentração já durante esses atentados.

Todos esses fatos fizeram parte da chamada “Solução Final”, que consistiu em um plano elaborado pelo alto escalão do Partido Nazista para a questão dos povos judaicos na Alemanha. Feito em etapas gradativas, visava sempre o extermínio desse povo. Em 20 de Janeiro de 1942, numa área nobre de Berlim, altos membros do escalão do governo alemão e da SS juntaram-se para discutir a última parte desta “Solução Final”, a qual consistiria na deportação em massa das populações judaicas da Alemanha e territórios ocupados para campos de concentração e extermínio na Polônia, Treblinka e Auschwitz. A fim de resolver essa questão de uma vez por todas, atuar-se-ia de forma metódica e planejada a fim de garantir eficiência máxima.

32

Com o final da guerra se aproximando, cada vez mais o fim do Terceiro Reich se tornava inevitável. As atrocidades cometidas nesses campos foram evoluindo e se tornando mais perversas a fim de garantir que a “Solução” fosse completamente implantada antes da queda do regime, com milhares de prisioneiros sendo realocados cada vez mais pra dentro da Alemanha em si a fim de completar o “plano”. Na virada de 1944 para 1945, a situação da Alemanha Nazista era caótica. Com ambas as frentes de batalha entrando em colapso e com as tropas soviéticas batendo às portas de Berlim, os comandantes dos campos de trabalho, concentração e extermínio, ativaram seu plano de contingência que consiste em eliminar toda e qualquer prova da existência de tais campos, da ocorrência de tais atrocidades e de suas ligações a ambos - o que incluía a eliminação e todos os prisioneiros ainda presente em tais campos. Mas, com a severidade da situação e o rápido avanço das tropas aliadas, esse plano foi mal executado, deixando assim uma certa quantidade de provas físicas e muitos sobreviventes, que mais tardes seriam testemunhas das diversas atrocidades feitas pelos nazistas. Estima-se que cerca de 26 milhões de pessoas foram perseguidas e mortas em campos de concentrações, sendo 6 milhões delas judaicas.

#### **10.4. O pós-Segunda Guerra**

De imediato, na liberação havia um grande sentimento de esperança e alegria entre os

sobrevivente das grandes perseguições ocorridas nas décadas de 30 e 40. Entretanto, o sentimento seria afrontado durante a tão sonhada volta para casa de muitos dos que resistiram a tamanhas atrocidades. Após a saída forçada de suas casas, estas se viram ocupadas por outros inquilinos que negaram a devolução destas. Inicialmente, para o período pós-guerra, o Holocausto não era visto como uma peculiaridade somente dentro dos genocídios acontecidos nos anos de dominação nazista, mas sim como apenas uma atrocidade no meio de tantas outras. Dava-lhes até mesmo uma certa relação direta de causa para a guerra, levando a novas ondas de violência. Com o passar do tempo, essa visão foi mudando ao se descobrirem diversos documentos que relatam a peculiaridade da situação semita em relação às outras etnias, gerando forte comoção internacional e incentivando a ideia de criação de um estado hebraico no mundo.

## **11. Grupos e organizações paramilitares**

33

Forças paramilitares são, por definição, congregações de civis necessariamente armados e com arcabouço semelhante ao militar. Tais grupos podem estar ligados a fins religiosos, ideológicos e/ou político-partidários, utilizando recursos e técnicas militares e/ou policiais para a execução de seus objetivos.

### **11.1. Hagannah**

Hagannah (“defesa”, em hebraico) é um grupo judeu criado em 1920 que enfatiza a lealdade, o sigilo e a devoção aos valores humanitários e judaicos, incluindo a santidade da vida. A partir de janeiro de 1920, ativistas em Jerusalém e Tel Aviv, em particular, formaram comitês de defesa, adquiriram algumas armas leves e recrutaram voluntários. A Hagannah teve, inclusive, um papel na defesa dos ataques árabes durante os distúrbios da Páscoa em abril do mesmo ano. A existência de tal grupo foi a combinação do Poalei Zion<sup>14</sup> com a Federação dos Trabalhadores Agrícolas. Posteriormente, a liderança política da organização sionista queria que a Hagannah se tornasse um corpo leal subordinado aos britânicos, porém os próprios soldados do Hagannah se opuseram com a justificativa da possível perda de sua independência e provavelmente suas armas. Com o passar dos anos, o grupo paramilitar foi erguendo suas forças, aumentando a quantidade de armas e de contingente.

### **11.2. Irgun**

Em 1930-31, um pequeno grupo de oficiais criou a "Segunda Organização" - Irgun Beth - que objetivava a tomada de ações ofensivas e defensivas. Este grupo logo se identificou como movimento revisionista<sup>15</sup>. Durante os tumultos árabes de 1936-39, o líder do grupo, Avrahan Tehomi e parte de seus membros retornaram ao Hagannah. Um segundo grupo permaneceu fora do Hagannah e, em abril de 1937, renomeou-se o Irgun Zvai Leumi (Organização Militar Nacional, IZL ou Irgun). A principal diferença entre os grupos foi que o grupo Hagannah acreditava em uma política de Havlagah – restrição

<sup>14</sup> “Trabalhadores de Sião”. Foi um movimento de trabalhadores judeus marxistas-sionistas, fundado em várias cidades da Polônia, Europa e do Império Russo em torno da virada do século XX. <sup>15</sup> Revisionismo é o ato de se analisar algo, como: um fato, doutrina, valor, livro etc; assim gerando modificações em relação à interpretação original que se tinha do objeto analisado.

- enquanto o Irgun pediu represálias e ataques terroristas contra árabes por ataques terroristas contra judeus. O Irgun também não estavam dispostos a permanecer sob o controle da Histadrut<sup>16</sup>. O Irgun iniciou uma série de bombardeios em mercados árabes e operações similares. No final dos tumultos, a Hagannah formou “forças de campo”, que se especializaram em ataques a alvos que supostamente eram bases para os grupos terroristas árabes. Esta foi o início de um esforço para passar da defesa estática para levar a batalha ao inimigo.

### **11.3. Exército de Libertação Árabe**

O Exército de Libertação Árabe é um grupo paramilitar, como o próprio nome diz, constituídos de integrantes árabes, majoritariamente palestinos. Um dos seus ataques mais recentes foi a alguns subúrbios judeus. O Exército Árabe de Libertação, conhecido como a maior milícia existente no território palestino, jacta-se de ter cerca de 5 mil combatentes. No papel, as forças árabes, respaldadas pelos exércitos regulares de sete Estados árabes, eram esmagadoras. Tais forças atuam ativamente na atual Guerra Árabe-Israelita.

### **11.4. Irmandade Muçulmana**

A Irmandade Muçulmana foi fundada por Hassan al-Banna em 1928 e surgiu após o fim do Império Otomano com a extinção oficial do califado turco. Em 1924, como consequência da I Guerra Mundial, o mundo árabe tinha se fragmentado em

movimentos nacionalistas que lutavam contra o controle franco-britânico na região e o sionismo. Tal grupo tem como objetivo o estabelecimento da *sharia* como base para governos, assim também unificando os países de população muçulmana. No ano de 1948, a Irmandade Muçulmana começou a desempenhar papel central na mobilização de voluntários para lutarem na guerra contra os sionistas em território palestino, impedindo a criação de um Estado Judeu. Tem grande participação no atual conflito, assim como o Exército de Libertação Árabe.

<sup>16</sup>Confederação sindical dos trabalhadores de Israel. Fundada em 1920, tendo como objetivo principal a proteção dos direitos trabalhistas.

## **12. A Guerra Árabe-israelita**

### **12.1. Antecedentes**

As tensões na área do Mandato Britânico da Palestina amontoaram-se com o passar das décadas em virtude da chegada de cada vez mais imigrantes semitas buscando novas oportunidades e cumprir a agenda sionista de criar um Estado plenamente hebreu. Mesmo antes do plano de partilha, e até da Segunda Guerra, já viam-se claramente as rivalidades presentes na região e o geral sentimento de insatisfação entre os diferentes grupos presentes naquela região. A tensão que permeava o ambiente resultou num levante, chamado de “A Grande Revolta Árabe” em 1936, durando até 1939. O movimento protestava contra a dominação britânica da região e se opunha às crescentes migrações de judeus. Suas ações consistiam, inclusive, em sabotagem de forças britânicas, assassinato de oficiais das forças armadas judaicas e de civis hebreus. Além do tradicional alvo judaico, essas revoltas atingiram também outros grupos árabes com ideologias distintas dos revoltosos. Estes ataques causaram represálias das forças israelitas da Haganah e Irgun e, sob pressão das populações árabes locais, o governo britânico recuou politicamente na adoção do “Livro Branco de 1939”, o que, por sua vez, estimulou tensões provenientes dos grupos armados judaicos, que relutavam em perder a salvaguarda política britânica.

Mesmo com o início da guerra e do holocausto, o governo britânico ainda não permitia a entrada de novos imigrantes semitas na região, fazendo com que organizações judaicas ajudassem na imigração ilegal desses refugiados. Em decorrência dos fatos, em 1942, os sionistas apelaram ao governo britânico para que um Estado judaico fosse

responsável pela pauta da emigração para a palestina na Conferência de Biltmore e que organizações paramilitares israelitas, tais como o Irgun, fizessem ataques a partir de postos militares britânicos. Após o final da Segunda Grande Guerra, o governo do Reino Unido ainda mantinha seus planos de limitar a imigração ao mandato. Com crescentes protestos contra tal política, aumento das rivalidades locais e violência por ambas as partes, a instabilidade que a guerra trouxe ao Império Britânico os impeliu a se retirar da área, transferindo a problemática para a recém criada Organização das Nações Unidas.

36

Nos esforços de contenção da problemática, a Organização criou o Plano de Partilha da Palestina, definida na Resolução 181 da Assembleia Geral. O documento consistia na criação de dois Estados separados e independentes, sendo um judaico e outro árabe, além de estabelecer que a cidade de Jerusalém seria definida como um *corpus separatum* sob regime internacional e administração da própria ONU. Em adição, as tropas britânicas deveriam se retirar da região de forma progressiva até dia 1º de agosto de 1948. Tais decisões se obtiveram através do estudo realizado pelo UNSCOP (*United Nations Special Committee on Palestine*), o qual, durante a sua visita à região, fora questionado pelas representações árabes e tida por estas como tendencioso à causa sionista.

Um sentimento de satisfação judaica concomitante com insatisfações árabes ocorreu quando a Resolução 181 foi aprovada. Desde o início desse projeto de partilha, as representações dos países árabes encontravam-se descontentes. Desmerecidos pela decisão internacional, as delegações árabes buscaram amparo na Liga Árabe, a qual já se mostrava desfavorável à criação de Israel. Frisa-se que, durante todo o processo descrito, grupos paramilitares de ambas as partes se confrontavam, causando destruição e mortes. Refere-se comumente a este episódio de enfrentamento prévio à Guerra Árabe israelita propriamente dita de “Guerra Civil do Mandato Palestino”. Em 15 de maio de 1948, um dia após a declaração de independência de Israel, o país sofreu um ataque massivo pelas forças conjuntas dos países da Liga Árabe.

## 12.2. Conflito

No início do conflito, Israel se encontrava cercado ao norte pela Síria e Líbano, ao sul pelos egípcios e a leste pelas forças do Iraque e da Jordânia. Além desses, Israel ainda tinha preocupar-se das ameaças internas, como simpatizantes da causa árabe. Apesar do fato da nascente nação de Israel se encontrar cercada, a mesma não estava despreparada:

já haviam diversos grupos de paramilitares mobilizados e em operação, tais como a Irgun e a Haganah, sendo elas vitais para a defesa de Israel durante esses primeiros momentos. Nos primeiros episódios, as forças da Liga Árabe obtiveram sucessivas vitórias sobre as forças israelitas, chegando a tomar a cidade de Jerusalém e grandes partes do norte e sul do país, como as regiões de Negev, no sul, e a Galileia, ao

37

norte. Mesmo tendo superioridade numérica e logístico-operacional, a Liga Árabe acabou por ter seus ataques repelidos e também um alto número de casualidades pelas forças paramilitares semitas, que foram acrescidas de civis que pegaram em armas. No dia 28 de maio, foi criada a Força de Defesa Israelita (FDI), incorporando as forças paramilitares já existentes ao seu corpo de combatentes.

Tendo observado o desenrolar da situação atentamente, a ONU implementou um cessar-fogo generalizado nas áreas de conflito e ainda efetuou um embargo total do comércio de armas para todos os países envolvidos no conflito – ambas as medidas implementadas no dia 11 de junho de 1948. Tais operações eram para durar 28 dias, a fim de desenvolver um diálogo entre as partes. As tentativas de limitar o escalar desse conflito falharam, e ambas as partes usaram esse período para reforçarem seus exércitos e posições. Os israelitas, especialmente, usaram esse tempo para reorganizar, treinar e equipar seu exército de maneira eficiente e profissional, importando armas de vários países, sobretudo da Tchecoslováquia. Durante esse decreto de paz, os israelitas aumentaram seu efetivo militar: no início da guerra, os grupos paramilitares e combatentes a favor de Israel contabilizavam cerca de 35 mil homens; durante a trégua, esse número aumentou para 65 mil.

Enquanto dava-se essa calma no conflito, foram pensadas maneiras de se atingir a estabilidade na região. O maior desses problemas eram: a contínua negação dos Estados Árabes de aceitarem qualquer tipo de Nação Judaica - independente das fronteiras ocupadas - e a nova filosofia tomada por Israel, de aumentar o seu poderio militar e desrespeitar as fronteiras do plano de partilha - anexando as partes destinadas à Palestina. Com isso em mente, foi desenvolvido um novo plano de partilha que, basicamente, redesenhou o mapa para que ficasse mais coeso, trocando a Galiléia pelo Negev, sob propriedade palestina e israelense, respectivamente. Segundo a Resolução 181, Jerusalém constava no Estado Árabe, mas partilhava autonomia municipal com as partes de maioria judaica nesta cidade. Ambos os lados do conflito não concordaram com tal partilha.

No dia 8 de julho, militares egípcios quebraram a trégua faltando um dia para seu término oficial. Atacaram, pois, a região de Negba e, em resposta, Israel no dia seguinte começou novas ofensivas nos três fronts principais da guerra. A principal

38

ofensiva israelense foi chamada “Operation Danny”, que tinha como objetivo capturar territórios a leste da cidade de Tel Aviv, depois avançando até a cidade de Jerusalém, a fim de aliviar e ajudar as populações e forças judias na região. No caminho até o objetivo haviam dois obstáculos: as cidades de Lida e Ramla, ocupadas pelas forças árabes. Lida era defendida por um contingente de cerca de um milhar de milicianos locais e cerca de 300 soldados da Liga Árabe, que seriam confrontadas por cerca de 8 mil soldados da FDI. Após alguns dias de combate, no dia 11 de julho, a cidade fora capturada pelas forças israelitas. No dia seguinte, a cidade de Ramla também caiu.

Posteriormente à captura dessas cidades, os civis residentes ou fugiram ou foram expulsos de suas casas pelos soldados hebreus. No caso específico de Lida, após a população local resistir à ocupação, os mesmos foram expulsos sem nenhum tipo de transporte até a linha de frente Árabes, levando algumas pessoas à morte durante a caminhada. Enquanto a “Operation Danny” ocorria no centro do país, outra operação foi posta em prática a fim de expulsar os invasores Sírios e libaneses do norte de Israel, mais especificamente a região da Galiléia e da Cidade de Nazaré. Até o dia 14 de julho, tais objetivos ainda não haviam sido completados. A “Operation Kedem”, que tinha como objetivo recapturar a cidade de Jerusalém (ocupada pelos transjordanos no início do conflito), era pra ter sido posta em prática no dia 8 de julho pelas forças do Irgun e da Le’hi - dois grupos paramilitares assimilados a FDI. Mas, por falta de confiança por parte dos oficiais responsáveis, após essas mesmas forças não terem sido capazes de realizar seus objetivos em operações passadas sem a ajuda da Haganah, a operação foi atrasada. Em preparação para o efetivo do plano, tropas do Irgun ocuparam uma vila árabe chamada Malha. Em represália, forças árabes lançaram um contra-ataque e conseguiram expulsar os israelitas que, após receberem reforços, retomaram a vila. Com o controle da vila firmemente em mãos judaicas, o plano para a recaptura de Jerusalém estava marcado para o dia 16 de julho. Acredita-se que, até o dia 14 de Julho de 1948, a FDI contava com cerca de 65 mil homens e as Forças Árabes tinham algo entre 50 e 60 mil homens em campo.

### **13. Estrutura internacional da Guerra Fria**

A Guerra Fria define-se pelo embate ideológico e político entre as duas superpotências ganhadoras da Segunda Guerra Mundial, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e os Estados Unidos da América (EUA). Os antigos aliados contra as forças do Eixo agora buscavam a expansão de suas influências no mundo, gerando diversas crises e momentos de tensões que quase levaram a uma Terceira Guerra - tais como o Cerco a Berlim e a Crise dos Mísseis de Cuba. Muitos acreditam que tal guerra só foi evitada devido ao MAD (*Mutual Assured Destruction*), princípio que afirma que, grosso modo, caso houvesse uma guerra entre essas duas potências com armamentos nucleares, nenhuma delas sobreviveria ao confronto, devido ao poder destrutivo deste tipo de guerra.

Com o desenrolar da situação no Oriente Médio, ambos EUA e URSS se mostraram favoráveis a partilha da região. A URSS, inclusive, fora o primeiro país do mundo a reconhecer o governo de Israel após a sua independência, ajudando esta nascente nação ao disponibilizar armamentos através da Tchecoslováquia - a qual fazia parte do bloco socialista. Os EUA, por sua vez, suportava o pensamento sionista desde o final da Segunda Guerra, criticando o limite imposto pelo governo britânico à migração de judeus para região. Com o início da guerra, sua posição foi de neutralidade, reconhecendo o governo provisório, porém instaurando um embargo de armas sobre ambas as partes beligerantes. As políticas do início da Guerra Fria apresentaram poucas influências durante esse conflito, tendo em vista que ambas superpotências tinham boas relações com as partes combatentes.

## **14. Posicionamentos dos países**

### **14.1. Reino da Arábia Saudita**

De acordo com os relatórios de 1948 da Divisão Estatística das Nações Unidas (DESA), a produção de petróleo da Arábia Saudita entre 1938 e 1948 aumentou cerca de 287 vezes, tornando a produção anual de petróleo bruto da Arábia Saudita de 19.260 milhares de toneladas. Os cenários relacionados à conjuntura da guerra explicitam a exímia importância saudita dentro de um mercado internacional cada vez mais dependente da indústria petrolífera. Dentro deste contexto, a delegação saudita possui de artifícios, como a produção de petróleo, para possivelmente conseguir apoio de

aliados nos debates através de acordos bilaterais e multilaterais. Assim como nas negociações, a indústria de petróleo da Arábia Saudita é um grande fator decisivo para os países da Liga Árabe dentro da guerra. O país é fornecedor de considerável parcela da energia necessária para o transporte de tropas, abastecimento de veículos blindados e etc. Além disso, a Arábia Saudita possui de 800 a 1.200 tropas à disposição do exército egípcio em caráter de reforço contingencial, atualmente avançando a fronteira israelense.

O rei saudita, Abd al-Aziz Al Saud, posiciona-se ao socorro dos irmãos palestinos de fé sunita e, como nação defensora do pan-arabismo, faz o papel de representante com maior voz ativa dentro do contexto do Oriente Médio. Os sauditas mostraram-se, desde o início dos enfrentamentos políticos, como contrários a qualquer Estado sionista em territórios com a maioria da população árabe. Para tal, a delegação argumenta que os povos autodeterminados devem possuir o direito de deliberar um governo com legitimidade representativa. Pois, um Estado palestino torna-se interessante às ambições regionais sauditas uma vez que, estando este imerso na Liga dos Estados Árabes, a Arábia Saudita teria grande potencial para aumentar sua zona de influência enquanto principal potência econômica e política do Oriente Médio.

## **14.2. República Federativa do Brasil**

O Brasil atuou e atua fundamentalmente no âmbito da afirmação de um Estado judeu. A Primeira Sessão Especial da Assembléia Geral - na qual houve a votação para o reconhecimento do Plano de Partilha da Palestina - foi presidida por Osvaldo Aranha, que demonstrou o grande interesse brasileiro pelo Plano de Partilha. De acordo com o governo brasileiro, o projeto apresentava boas e prósperas expectativas à região. O fracasso do Plano culminou na necessidade brasileira de desenvolver uma nova alternativa para cessar as hostilidades judaicas e árabes quanto a criação de um Estado Palestino e um Estado israelense.

É notório que a delegação brasileira considere o diálogo e a diplomacia como sendo as únicas vias de recursos inabaláveis para se obter uma concreta e aceitável solução para ambos os lados. Para tal, o Brasil conta com a neutralidade, que pode ser

uma vantagem durante os debates, mediando as propostas dos dois blocos e suprindo a

necessidade de um intermediário extremamente necessário para a resolução do conflito.

### **14.3. República da China**

A China, ao final da década de 1940, encontrava-se desestabilizada devido a diversos fatores, entre quais é importante ressaltar: o esgotamento de recursos chineses nas lutas contra o Império Japonês, sobretudo durante a Segunda Guerra Sino-Japonesa; e as tensões internas causadas pela força do movimento comunista, o qual, em 1948, já detinha o controle de considerável parcela do território chinês, dominando Beijing já no início de 1949, durante o conflito árabe-israelita. Por essas razões, a China, até a atual guerra, não possui participação significativa no contexto dos conflitos árabes, podendo seu posicionamento, inclusive, ser difuso para certos tópicos.

Devido à disputa interna de poder na China, com o passar da Segunda Guerra, o petróleo passou a ganhar uma visibilidade notória. Uma vez presente no SpecPol, a delegação chinesa tem a oportunidade de dialogar com os países árabes bi e multilateralmente sobre possíveis negociações. Como um membro fundador das Nações Unidas, a China deposita consideráveis esperanças nesta instituição, confiando-lhe as capacidades de resolução e mediação do conflito através estabelecimento de cessar-fogo e da coordenação de missões de paz, por exemplo.

### **14.4. Reino do Egito**

"A linha de partilha não será nada mais do que uma linha de fogo e sangue". A frase dita pelo egípcio Abdul Rahman Hassan Azzam, atual Secretário Geral das Liga dos Estados Árabes, durante uma reunião da Assembleia Geral das Nações Unidas em 29 de novembro de 1947, representa a opinião política do Reino do Egito durante os momentos pré-guerra. Já ciente do desacato árabe quanto às determinações das Nações Unidas, o Egito toma parte como um dos líderes do movimento pró estabelecimento de um governo árabe na Palestina.

42

A aproximação do atual rei egípcio Faruk I com o rei da Arábia Saudita, Abd al-Aziz Al Saud, trouxe relações bilaterais que foram os pilares para a fundação da Liga Árabe e para o fortalecimento dos dois Estados como potências regionais. O Egito em si, na atual guerra, manifesta sua posição como potência bélica de maior contingente de tropas enviadas a Israel, compondo duas brigadas (sendo uma integrada

por cinco

batalhões de infantaria), uma brigada de veículos blindados, um esquadrão de bombardeiros e uma composição de artilharia pesada. Outro expoente bélico que instituiu a força egípcia conta com exércitos voluntários da Irmandade Muçulmana, porém comandada pelo coronel egípcio Ahmed Adb el-Aziz

Além da questão bélica, o Egito ganha espaço com uma crescente economia que, já em 1948, representa o maior produtor agrícola do Oriente Médio e uma matriz energética que tinha potencial de produzir mais de 300 milhões kilowatts/hora. Na questão política, internamente, nos últimos 4 anos promoveu-se o pan-arabismo enquanto pauta angariadora de maior força, aumentando o teor nacionalista de defesa à causa palestina. Um Egito forte politicamente, com estreitos laços diplomáticos tanto com o mundo árabe quanto com países ocidentais e cuja economia e forças armadas mantêm-se fortalecidas representa o poderio do mundo árabe. Determina-se à delegação egípcia, logo, a função de estabelecer um Estado Independente Palestino sob quaisquer aspectos, podendo renegociar o implemento de Estado de Israel sob nova área. A diplomacia e a cessão de demandas de ambos os lados poderão ser grandes aliados do Reino do Egito para determinar a prosperidade do pan-arabismo.

## **14.5. Estados Unidos da América**

O apoio estadunidense sobre o Plano de Partilha da Palestina e a criação de um Estado Judeu soberano foram sendo construídos pouco a pouco. No período entre guerras, os Estados Unidos mantiveram um princípio de não intervenção política na região, visando unicamente garantir o livre comércio no Oriente Médio e a segurança de instituições americanas em solo asiático. Todavia, com o aumento da importância econômica do petróleo, evidenciado pela Segunda Guerra, e por um possível vácuo de poder ocasionado pelo descontrole britânico na região, os Estados Unidos iniciaram, a

43

partir do governo Truman, a construção de uma base sólida de relações político econômicas com os Estados árabes.

As reações norte americanas de apoio à criação de Estado Israel ganharam forças adjuntas ao crescente e coordenado movimento sionista. Este, desde 1939 implantou raízes na sociedade civil americana, prevendo a possibilidade dos Estados Unidos de se tornarem a maior potência mundial. Assim, Israel ganhou apoio tanto de

grande parte do Congresso estadunidense como de parte da população americana. Quando a situação na região da Palestina se tornou calamitosa, o presidente Harry Truman se lançou no que seria a derradeira decisão pró-Israel. Esta adoção de posicionamento fora motivada pelos princípios da democracia americana, pela pressão do movimento sionista - que ganhava cada vez mais força dentro do Congresso - e pelo receio da situação de possível imigração de refugiados judeus.

Assim, a aliança dos EUA provocou certo receio do futuro, pois iniciava uma tormenta contra a Liga Árabe, que possuía diversos dos maiores exportadores de petróleo do mundo. Além disso, poderia vir a abrir espaço para uma possível influência soviética na região, que já era realidade desde 1946, quando Truman e seus assessores - principalmente o secretário Forrestal - classificaram as pretensões da União Soviética no Oriente Médio como “uma ameaça à segurança norte americana”, agravando-se conforme o apoio político dos EUA aproximava-se de Israel e distanciava-se das nações árabes.

Desta forma, os Estados Unidos têm suas relações engalfinhadas entre dois extremos. Se, por um lado, objetivam retomar as relações mais sólidas que até então sustentavam com países árabes, por outro, não podem relevar qualquer forma de união dos países árabes que venha a pôr em risco a segurança do Estado judeu. Ademais, sua diplomacia deve ser bem calculada uma vez que, em tempos de polarização político ideológica, toda ação feita de um lado do tabuleiro do sistema internacional tem grandes chances de gerar uma reação proporcional – e pró soviética – do lado oposto.

## **14.6. República Francesa**

44

Reconhecendo *de jure* o Estado de Israel como independente em janeiro de 1949 e sendo um dos pioneiros do estabelecimento de relações diplomáticas, a França possui uma alta preocupação com a situação de eventuais refugiados israelenses. No ano de 1948, cerca de 2 mil imigrantes judeus franceses, remanescentes do período de fuga da Segunda Guerra na Europa, estão em solo israelense. Decorrente disto, um cessar fogo é algo assertivamente buscado pela França, uma vez que a permanência do conflito gera instabilidade em áreas que até poucas décadas atrás eram protetorados nacionais e, indutivamente, ainda possuem relações de proximidade.

O estabelecimento de um Estado Palestino também é de interesse francês.

Porém o mesmo, na concepção de sua política externa, deve apresentar delimitações territoriais bem definidas por toda extensão fronteira palestino-israelense, havendo garantias de harmonioso convívio entre os Estados. Seguindo como uma nação simpatizante do Plano de Partilha da Palestina, a França, em conjunto com diversos países da Europa ocidental, sustentam o *modus operandi* da ação intermediária entre o governo americano - pró soberania israelense - e os governos da Liga Árabe - que não reconhecem o Estado de Israel como legítimo.

#### **14.7. Estado Imperial da Pérsia (Irã)**

O Irã está recentemente abalado devido a uma crise ocorrida em 1946, envolvendo o Azerbaijão, populações curdas e patrocínios soviéticos a combatentes peshmerga. Porém, como um dos maiores defensores do Pan-Arabismo, a delegação iraniana repudia veemente o estabelecimento de um Estado judeu em território de maioria árabe, assim como declinou com posicionamento imponente o Plano de Partilha da Palestina, tal como diversos outros países do Oriente Médio o fizeram. O atual xá do Irã, Mohammad Reza Pahlavi, é um dos grandes idealizadores do movimento de união do povo islâmico. Para Pahlavi, que dá continuidade à mesma estrutura de política externa dinástica dos governos persas anteriores, o estabelecimento de um Estado judeu em meio ao povo árabe é um empecilho a esse plano de aglutinação muçulmana. Argumenta-se que grande parte dos países árabes não estão estabilizados politicamente, fazendo com que uma turbulência regional, como o caso da Palestina, se alastre facilmente pelo restante das nações adjacentes.

45

Mesmo não sendo um participante da Liga Árabe por ser uma nação etnicamente persa, o caso do implemento de um Estado Palestino e do não estabelecimento de um Estado judeu na região é um ponto de convergência entre o posicionamento iraniano e os argumentos sustentados pela Liga. Por não ser um participante do atual conflito, a delegação iraniana pode obter um diálogo com o bloco oposto com uma maior versatilidade, sendo possível o uso da diplomacia para chegar a uma resolução que possa ser relacionada aos interesses regionais do xá.

#### **14.8. Reino do Iraque**

Nos últimos 10 anos, o governo iraquiano sofreu cinco golpes de Estado realizados por oficiais do exército, demonstrando considerável instabilidade política governamental. Entretanto, uma estabilidade pouco tangível foi paulatinamente restaurada com o direcionamento do foco doméstico para a causa palestina. Assim, embora inconstantes, todos os governos comprometeram-se a não permitir a negação dos direitos palestinos via imposição do Plano de Partilha.

Até o presente momento, o contingente da Força Expedicionária Iraquiana tem sido fundamental para conquistas árabes nos territórios israelense. O massivo apoio por parte do efetivo conta com cerca de 10 mil homens, divididos em quatro batalhões, uma brigada de veículos blindados como tanques de guerra e uma divisão de suporte de artilharia e caças de combate. Muitos destes equipamentos empregados pela Força Expedicionária têm origem britânica, possuindo alta tecnologia quando comparadas com os recursos estratégicos em operação das outras nações da Liga Árabe. Destarte, é imprescindível para a Liga se perpetuar em uma guerra contando com a vantagem do apoio bélico iraquiano. Com uma política de união entre os povos árabes e a expansão das relações político-econômicos, a delegação iraquiana tem objetivos incisivos dentro dos debates do SPECPOL: estando inclinada a designar a atenção das Nações Unidas para a violação do direito majoritário do povo palestino de administrar seu território, a delegação iraquiana baseia um argumento que vise encarregar o Estado judeu destas infrações, justificando a guerra contra o mesmo.

46

### **14.9. Estado de Israel\***

O recém proclamado Estado de Israel estabelece uma política incisiva dentro do Comitê de Políticas especiais e Descolonização. Seu atual Chefe de Governo, David Ben-Gurion, um dos grandes líderes do movimento sionista pré-Segunda Guerra Mundial, é possuidor da convicção de que um futuro nacionalismo fortificado do Estado de Israel é a chave para se obter uma representação justa para o povo hebraico. Além disso, Ben-Gurion sofre grande pressão da comunidade e das organizações sionistas para que o Estado de Israel, uma vez fundado sob observação das Nações Unidas, não tenha seus limites territoriais alterados para menos que o determinado inicialmente do Plano de Partilha da Palestina.

Israel conta com apoio de diversas importantes potências ocidentais que mantêm seu apoio direto ao Plano de Partilha da Palestina. De acordo com Israel e seus aliados, fora uma medida democraticamente aprovada pela Assembleia Geral, posteriormente desrespeitado pela Liga Árabe com a declaração de guerra. É importante ressaltar que a política externa de Israel garante o preceito de que uma ofensiva Árabe contra seu Estado é considerada uma ofensiva ao povo judeu de todas as partes do mundo. Sendo assim, é crucial, portanto, que a delegação israelense defenda suas soberanias doméstica e internacional, bem como suas delimitações territoriais para chegar a uma Resolução que coincida com os interesses sionistas e que, por fim, busque expandir os limites de influência do recém criado Estado.

**\*: Delegação convidada; sem jurisprudência de voto.**

#### **14.10. República do Líbano**

O Líbano, até o presente momento, não participa da guerra. Todavia, no mês de julho, as Forças Armadas Libanesas atuaram com alta importância durante a batalha de Al-Malikiyah, cidade ao Nordeste sírio, contribuindo com um efetivo de mais de 800 homens. O fato demonstra possíveis mudanças das atitudes libanesas adiante, podendo se estabelecer de posicionamentos mais agressivos se suas fronteiras continuarem a ser desrespeitadas.

47

O atual primeiro ministro libanês, Riad Al-Solh, desde que assumiu o cargo em 1946, condena veementemente a implantação de um Estado judeu na região. Atribui-se de um argumento que garante aos Estados árabes atuantes na guerra apoio logístico fundamental, com alimentos, comercialização de petróleo a taxas baixas e tecnologia - principalmente aos sírios - devido à proximidade geográfica e diplomática entre as duas nações. Apesar de possuir uma estabilidade econômica superior em relação a outros países da região, os refugiados árabes-palestinos advindos da guerra começam a se tornar uma problemática ao governo libanês. Já se começa a sentir os efeitos desenfreados do aumento de população e, por esses motivos, é de ótimo agrado que se findem as hostilidades, de modo a garantir o mais rápido o possível um governo palestino legítimo aos olhos de toda a comunidade internacional. Para isso, a delegação libanesa encontra-se incumbida do fardo diplomático que é levar adiante os acordos multilaterais de divisão territorial e políticas de segurança.

## 14.11. Estado da Palestina\*

Delegada de uma função prioritária para os prosseguimentos do SpecPol, a representação palestina tem seus objetivos claros e bem definidos. Utilizando-se do dispositivo da autodeterminação dos povos, garantido pela lei internacional desde o estabelecimento da Liga das Nações em 1919, argumenta que o povo palestino fora sobrepujado pela imposição de leis e dispositivos unilaterais e, logo, não teve oportunidade à voz ativa. Desta forma, uma vez que os palestinos que são por concepção “originais” não foram consultados acerca do estabelecimento de um Estado judeu, Israel é um território ilegal e ilegítimo. A fragilidade institucional da Organização das Nações Unidas recém-criada, todavia, ainda não pudera consolidar em moldes mais concretos o que seriam os tais direitos à autodeterminação e cuja fluidez interpretativa havia condenado o povo palestino em benefício das potências ocidentais e do sionismo.

Desde os princípios da sugestão do Plano de Partilha, o povo palestino, em conjunto de diversos outros Estados árabes, se recusaram a acatar tal partilha, alegando inúmeras vezes que eram contra o estabelecimento de um Estado judeu (Israel) em uma área com a maioria de sua população árabe (cerca de 92%) . De acordo com a população

48

civil palestina, uma atitude tão antidemocrática advinda de uma Organização, que tinha responsabilidade de promover o respeito mútuo entre todos os povos, só poderia resultar no fagulha que acenderia o fogo da rivalidade árabe-judaica que sido construída pouco a pouco desde a ocupação britânica na região.

Em represália, à desatenção da Comunidade Internacional durante todo o período de tensão, as delimitações territoriais requisitadas pelo povo palestino devem ser de atenção mundial como um ato de democracia e para que o mesmo erro não seja cometido repetidamente. Dentro do contexto do atual conflito, a causa palestina possui apoio fundamental de grande parte do mundo árabe, o qual concorda com as justificativas para a ocorrência da guerra enquanto manifestação do desejo de soberania, principalmente por parte dos países da Liga Árabe. Para a convergência dos objetivos árabes palestinos, deve-se buscar uma nova partilha do território em questão, porém desta vez garantindo o direito do povo palestino de um Estado próprio territorialmente significativo. Um possível cessar-fogo não foge aos interesses palestinos, porém a

garantia de segurança da população palestina e sua soberania estatal devem se manter atados durante todo o processo de negociação.

**\*: Delegação convidada; sem jurisprudência de voto.**

### **14.12. República Popular da Polônia**

Abalada pela invasão alemã e soviética que sofreu ao início da Segunda Guerra - que resultou na diminuição da população polonesa de 35,1 milhões em 1929 para 19,1 milhões em 1946 - a Polônia atualmente se recupera de um estado de calamidade e busca primordialmente a sua auto reconstrução e uma estabilidade política e econômica que não é vista há tempos em território polonês. O governo anterior ao início da Segunda Guerra está atualmente exilado no Reino Unido. Dentro do território da República Popular da Polônia, foi instituído, durante a Conferência de Yalta, um governo socialista pró União Soviética, que se mantém até os dias da atual guerra. Sendo assim, a Polônia perdura dentro da zona de influência da União Soviética, assim como a maioria dos Estados do Leste Europeu.

49

A estratégia política da Polônia se converge em muitos aspectos com a política da URSS, trazendo, ao ver da Polônia, um cessar-fogo entre os países conflitantes como o primeiro passo para o estabelecimento de uma possível paz na região, tornando a diplomacia e as negociações vigentes enquanto durar um hipotético armistício ou cessar-fogo.

### **14.13. Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte**

Com a conjuntura da Primeira Guerra Mundial, o Império Britânico iniciou a demanda por apoio contra o Império Otomano. Uma perspectiva percebida pelo Reino Unido na época foi a busca de apoio árabe, que já há muito tempo ambicionavam sua independência do chamado "Doente da Europa". Um meio para se obter tal apoio foi a atuação de Lawrence da Arábia em prol da independência de diversas nações, principalmente na região do Levante, efetivando um número significativo de revoltas populares em solo Otomano.

É cognoscível também, o fato que o Império Britânico, concomitantemente com a Declaração de Balfour, feita pelo então Ministro das Relações Exteriores, trouxe

o suporte sionista ao lado das pretensões britânicas. Após a ocupação britânica da Palestina, no pós Primeira Guerra, as turbulências de um inevitável conflito se aproximavam cada vez mais. No fim do mandato britânico, o Reino Unido, desgastado após o confronto da Segunda Guerra, deposita na recém criada Organização das Nações Unidas a responsabilidade de se determinar o que será feito no território em questão.

O Reino Unido mantém dentro das negociações de paz, uma postura de procurar uma resolução palpável para ambas as partes. A mesma pode ser comprovada pela abstenção britânica na votação do Plano de Partilha da Palestina. O reconhecimento do Estado de Israel se torna questão fundamental para o Reino Unido que, como um dos maiores beneficiados pelos EUA durante o Plano Marshall, possui a necessidade de demonstrar uma política de suporte aos norte-americanos. Contudo, o Reino Unido busca uma possível criação de um Estado Democrático Palestino em moldes previamente fundamentados pelas Nações Unidas, sendo necessário o apoio de outras nações mediadoras para essa ação.

50

#### **14.14. República Síria**

A popularidade do governo do presidente sírio Shukri al-Qwuatli está cada vez mais exacerbada no território, principalmente após a vitória do atual presidente nas últimas eleições, em abril. Qwuatli discorda do Plano de Partilha e anunciou publicamente seu repúdio pela mesma. De acordo com o presidente, o plano realocaria 56% dos palestinos para um Estado judeu, violando os direitos da população palestina de se autogovernar como maioria. O presidente foi o fundador do Exército de Libertação Árabe, surgido após a aprovação do Plano de Partilha.

O objetivo sírio com a criação do ELA era reunir civis e soldados irregulares que defendiam a causa palestina em exércitos regulares. De início, Qwuatli pediu pessoalmente ao então Secretário Geral da Liga dos Estados Árabes, Abdul Rahman Hassan Azzam, que não enviasse tropas a Israel, pois acreditava que as forças árabes ainda não eram capazes de enfrentar a oposição sionista. Porém, após a proclamação da independência de Israel, Qwuatli ordenou que o exército sírio invadisse território israelense imediatamente, pois, de acordo com o presidente, declarar a independência foi a violação que faltava para uma invasão árabe. Mais adiante, em maio, Qwuatli pressionou o ex primeiro- ministro Ahmad al-Sharabati para que o mesmo renunciasse

de seu cargo, o que de fato aconteceu, o que colocou Husni al-Za'im a ocupar o antigo cargo de Sharabati.

Nas últimas semanas, Husni reportou má gerência durante a guerra. Qwuatli, ao reforçar este aspecto, aumentava as turbulências internas em território sírio. Em específico, o atual presidente e representante legítimo da população tem pretensões de garantir a segurança e a não-violação dos direitos palestinos, tais quais representam a não violação dos direitos árabes. A República Síria é estabelecida em um atual período de popularidade, todavia não é possível garantir essa popularidade por muito tempo em uma guerra. Por isso, um armistício estabelecendo a autodeterminação do povo palestino em territórios de maioria árabe é indispensável aos objetivos sírios.

#### **14.15. Reino Haxemita da Transjordânia**

51

O atual emir da Transjordânia, Abdullah I, é declaradamente favorável ao estabelecimento de um Estado Palestino que atenda a necessidade de gerenciar sua própria população. A Transjordânia, como uma das fundadoras da Liga dos Estados Árabes, seguiu os outros países participantes desta na defesa da legitimação do povo palestino após a declaração de independência de Israel. Garantindo um dos maiores poderes militares dentre as Nações Árabes, a Transjordânia conta com um exército fortificado com 6 batalhões entre divisões de infantaria e cavalaria que, já prevendo um possível conflito próximo, se adequaram a posições favoráveis de invasão a Israel durante o período pré-guerra, dando à Transjordânia grande vantagem por se localizar geograficamente perto de regiões palestinas, como a Cisjordânia.

A legião árabe transjordana ocupou diversas áreas importantes durante a guerra, principalmente áreas ao oeste do rio Jordão e de alta importância no aspecto de estratégia militar. Essas áreas dominadas pela Transjordânia na região da Cisjordânia são de interesse do atual emir, trazendo à delegação da Transjordânia a possibilidade de anexar temporariamente as regiões ocupadas até que a estabilidade política e territorial seja restabelecida na região enquanto não se estabelece um Estado legitimamente palestino.

#### **14.16. República da Turquia**

Recentemente, a Turquia se mostra atenta com a crise de seus estreitos, pois a União Soviética, como potência líder do bloco socialista, demonstra intenso interesse em se utilizar dos estreitos turcos de Dardanelos e Bósforo que conectam o Mar Negro com o Mar Mediterrâneo. Porém, qualquer tentativa de passagem de navios soviéticos têm sido barrada pelo governo turco devido às antigas rivalidades turco-russas, o que causou a elevação da questão em uma tensão mundial que ameaça a soberania turca constantemente.

O Primeiro-Ministro turco, Hasan Saka, motivado pela preocupação com a União Soviética, tem buscado o apoio diplomático e militar de potências do bloco capitalista ocidental, como por exemplo os Estados Unidos. Estes, inspirados na

52

Doutrina Truman, buscam barrar o expansionismo e influência soviéticos com políticas de aproximação dos países que são ameaçados pelo socialismo, como é o caso da Turquia. Como maneira de buscar a aproximação americana dentro de um cenário ameaçador soviético, a Turquia mostra-se disposta às propostas norte-americanas dentro das negociações. Acima de tudo, busca uma postura mediadora entre as partes conflitantes principalmente por possuir extrema maioria de sua população sendo de religião islâmica e por ter votado contrariamente ao Plano de Partilha da Palestina. Sua alegação é de que a Partilha só aumentou a tensão na região, causando um turbilhão regional entre os árabes e os judeus, fazendo com que boa parte do povo turco se identifique e apoie a causa palestina.

A delegação da Turquia, frente a uma situação de tamanha tensão seja na região da palestina ou em seus estreitos, possui o complexo objetivo de demonstrar seu apoio evidente aos EUA. Ao mesmo tempo, busca solucionar a problemática do Estado Palestino, beneficiando de algum modo a maioria islâmica da região. Em suma, os turcos devem-se manter proativos durante todas as acordos, de modo a garantir que uma nova Resolução seja bem estabelecida e acordada por todos os blocos, diferentemente do que foi o Plano de Partilha da Palestina.

#### **14.17. União das Repúblicas Socialistas Soviéticas**

A União Soviética vive uma das maiores dicotomias na questão da criação de

um Estado judeu. Nos primórdios da revolução bolchevique, o governo soviético banuiu o sionismo em seu território nacional. Em justificativa oficial por documentos do Kremlin, alegava-se que os sionistas eram meros lacaios do repudiado imperialismo britânico. Além disso o atual governante, Joseph Stalin, repudia de maneira abrangente a criação de um Estado sionista nas margens de um Oriente Médio turbulento e sensível à influências externas.

Porém, ao contrário do que toda a comunidade internacional esperava, a União Soviética se demonstrou favorável a proposta do Plano de Partilha da Palestina. Os motivos da prévia decisão são questionados até o presente momento. Não muito distante da votação, o arrependimento da União Soviética sobre sua decisão se

53

evidencia. A recente explosão do conflito tomou proporções inesperadas pela União Soviética: um Estado sionista aliado das potências ocidentais vai desenhando no quadro internacional. Após o voto favorável soviético, uma possível aliança diplomática e/ou militar com qualquer país árabe vai se construindo como quase impossível.

É ainda dito internamente na União Soviética que a decisão de seu voto deveu se à preocupação soviética quanto a outros fatores internacionais, como a crise dos estreitos turcos, e a crise iraniana de 1946, dentre outras intervenções soviéticas mundo afora, trazendo a despreocupação dos mesmos sobre a situação palestina e dificultando ainda mais a redenção soviética no contexto da atualidade. Em síntese, a delegação da União Soviética deve salvaguardar a influência soviética sobre o norte do Oriente Médio e buscar se manter próxima a sua política externa, para que não aconteçam erros como aconteceram na Partilha. Busca-se, assim, uma possibilidade de aproximação com os árabes no intuito de, principalmente, tentar reverter o atual quadro de vantagem das potências ocidentais com o estabelecimento de um Estado aliado na região.

## 15. Referências bibliográficas

ADIWARDANA, N., SANTOS, L. & TAGUCHI, F. *Questão Palestina*. In: PoliONU, Model United Nations. 30p. 2007

BARD, M. & SCHWARTZ, M. *National Geographic Education, Migration of Jews to Palestine in the 20th Century*, 2005. Disponível em: <[https://media.nationalgeographic.org/assets/file/jews\\_MIG.pdf](https://media.nationalgeographic.org/assets/file/jews_MIG.pdf)>.

Acesso em 2017-10-20.

SEIGLIE, Mario & ROBINSON, Tom. *The Birth and Spread of Islam*. Beyond Today. United Church of God, 2001. Disponível em: <<https://www.ucg.org/the-good-news/the-birth-and-spread-of-islam>>. Acesso em 2017-10-19.

\_. Confederação Israelita do Brasil – CONIB. *Em 29 de novembro de 1947, ONU aprovou a Partilha da Palestina. Os judeus a aceitaram; os árabes, não*. 2015. Disponível em: <<http://www.conib.org.br/noticias/3094/em-29-de-novembro-de-1947-onu-aprovou-a-partilha-da-palestina-os-judeus-a-aceitaram-os-rabes-no>>.

54

Acesso em 2017-10-29.

GOMES, Aura Rejane. *A Questão da Palestina e a Fundação de Israel*. 2001. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. doi:10.11606/D.8.2001.tde24052002-163759. Acesso em 2017-11-17.

ISRAEL MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS. *Israel's War of Independence (1947-1949)*. Disponível em: <<http://mfa.gov.il/MFA/AboutIsrael/History/Pages/Israels%20War%20of%20Independence%20-%201947%20-%201949.aspx>>. Acesso em 2017-10-17.

JEWISH VIRTUAL LIBRARY. *Total Immigration to Israel - by Continent per Year*. Disponível em: <<http://www.jewishvirtuallibrary.org/total-immigration-to-israel-by-continent-per-year>>. Acesso em 2017-10-17.

. PATHEOS VIRTUAL LIBRARY. *Judaism Origins, Judaism History, Judaism Beliefs*. 2006. Disponível em: <<http://www.patheos.com/library/judaism>>. Acesso em 2017-10-15.

MONTEFIORE, Simon Sebag. *Jerusalém: a biografia*. Editora Companhia das Letras, 2013.

ISSEROFF, Ami. *Haganah: A History of the Jewish Underground Defense force in Palestine*. Vol. 22, 2006. Disponível em: <<http://www.zionism-israel.com/Haganah.html>>. Acesso em 2017-09-04.

UNITED NATIONS DEPARTMENT OF ECONOMIC AFFAIRS – DESA.  
World Economic Report (1948). United Nations Publications, New York. 320p. 1949.  
Disponível em:

<[http://www.un.org/en/development/desa/policy/wess/wess\\_archive/searchable\\_archive/1948\\_WESS\\_Full.pdf](http://www.un.org/en/development/desa/policy/wess/wess_archive/searchable_archive/1948_WESS_Full.pdf)>. Acesso em 2017-08-03.

55

MC CHAMPIONS. *Palestina*. In: YouTube. Prod.: Visual Selecta. 2015.  
Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=v5NpFEgFJNE>>. Acesso em 2017-06-09.

. *Quem foi Theodor Herzl*. In: Sionismo.net. 2010. Disponível em:  
<<http://sionismo.net/historia/quem-foi-teodor-hertzl>>. Acesso em 2017-10-20.

SMITH, Jack. *Special Political Decolonization Committee – SPECPOL*.  
London International Model United Nations. 2015. Disponível em:  
<[limun.org.uk/FCKfiles/File/SPECPOL.pdf](http://limun.org.uk/FCKfiles/File/SPECPOL.pdf)>. Acesso em 2017-10-18.

PADILLA, Jenn *et al.* *Special Political and Decolonization Committee - Background Guide*. National High School Model United Nations. New York. 2015.  
Disponível em: <<http://www.imuna.org/sites/default/files/SPECPOL.pdf>>. Acesso em 2017-10-10.

. *SPECPOL – A review of UM peacekeeping operations and situation in Sudan and South Sudan*. Berkeley Model United Nations. California. 2016.

STEVENS, George. *Nazi Concentration Camps*. 1945 (Documentário).  
Disponível em:  
<<https://www.netflix.com/watch/80119192?trackId=13752290&tctx=0%2C0%2C706532f0-aabe-4886-b07c-07afbbc78384-21083611>>. Acesso em 2017-10-10.

TAL, David. *War in Palestine, 1948: Israeli and Arab strategy and diplomacy*.  
Routledge, 2004.

THE HISTORY CHANEL. *Israel - O Nascimento de uma Nação*

(Documentário) In: YouTube. 2004.

Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=xmwhnXq8JV4&t=373s>> e <<https://www.youtube.com/watch?v=EZkFLSGCFLI>>. Acesso em 2017-09-01.

THOMPSON, Elizabeth *et al.* *Palestine Land Development Company*. In: Encyclopedia of the Modern Middle East and North Africa. Encyclopedia.com.

56

Disponível em: <<http://www.encyclopedia.com/humanities/encyclopedias-almanacs-transcripts-and-maps/palestine-land-development-company>>. Acesso em 2017-10-25.

. *Rothschild revela o papel crucial que seus antepassados tiveram na Declaração de Balfour e na criação de Israel*. In: Viva Palestina. 2017. Disponível em: <<http://vivapalestina.com.br/rothschild-revela-o-papel-crucial-que-seus-antepassados-%E2%80%8B%E2%80%8Btiveram-na-declaracao-balfour-e-na-criacao-de-israel/>>. Acesso em 2017-10-25.

. *A Solução Final*. In: United States Holocaust Memorial Museum. Disponível em: <<https://www.ushmm.org/outreach/ptbr/article.php?ModelId=10007704>>. Acesso em 2017-10-16.

. *Distribuição da população judaica na Europa por volta de 1933*. In: United States Holocaust Memorial Museum. Disponível em: <[https://www.ushmm.org/outreach/ptbr/media\\_nm.php?ModuleId=10007689&MediaId=270](https://www.ushmm.org/outreach/ptbr/media_nm.php?ModuleId=10007689&MediaId=270)>. Acesso realizado em 2017-10-16.

WISTRICH, Robert S. *Muslim Anti-Semitism: A Clear and Present Danger*. New York: American Jewish Committee, 2002.

YALMAN, Susan. *The birth of Islam*. In: United States Metropolitan Museum of Art. Disponível em: <[https://www.metmuseum.org/toah/hd/isla/hd\\_isla.htm](https://www.metmuseum.org/toah/hd/isla/hd_isla.htm)>. Acesso em 2017-10-15

SMITH, Mark. *The Early History of God: Yahweh and Other Deities of Ancient Israel*. Eerdmans. 2002)

57